

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 033/2022
Data: 11/03/2022**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
CONTRATO DE DRAGAGEM DO PORTO DE SANTOS É RESCINDINDO APÓS BATALHA JUDICIAL SANTOS.....	4
DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS SERÁ TEMA DE NOVA AUDIÊNCIA PÚBLICA	5
MINISTRO DA INFRAESTRUTURA CONFIRMA PRESENÇA EM EVENTO DO GRUPO TRIBUNA EM SANTOS	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	6
NOVA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS (SP) SERÁ NA SEGUNDA-FEIRA (14)	6
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA REGISTRA 88,5 MILHÕES DE TONELADAS EM JANEIRO	7
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	7
ATUAÇÃO DA AGU GARANTE SEGURANÇA JURÍDICA AOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DO GOVERNO FEDERAL, DIZ TARCÍSIO.....	7
GOV – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF	8
ANTAQ REALIZARÁ SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A CONCESSÃO DO PORTO DE SANTOS	8
STARTOUT BRASIL DIVULGA PERFIL DAS 40 STARTUPS APROVADAS PARA O CICLO SANTIAGO.....	9
CAF APROVA COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA APOIAR A PRIMEIRA CONCESSÃO DE HIDROVIA DO BRASIL	10
LEILÃO DE CONCESSÃO DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO DO BAIXIO DE IRECÊ É REMARCADO PARA 1º DE JUNHO	11
GUEDES DIZ QUE MEDIDAS ATENUAM ALTA DO PETRÓLEO E AGRADECE AO CONGRESSO	11
BE NEWS – BRASIL EXPORT	12
EDITORIAL - O DIESEL, O CUSTO E O RISCO PARA OS TRANSPORTES.....	12
HUB - CURTAS	13
<i>QUEDA I</i>	13
<i>QUEDA II</i>	13
<i>QUEDA III</i>	13
<i>VIRACOPOS</i>	14
ATUAÇÃO DA AGU GARANTE SEGURANÇA JURÍDICA AOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DO GOVERNO, DIZ TARCÍSIO	14
ANTAQ PUBLICA PADRONIZAÇÃO DE TARIFAS NO PORTO DE SUAPE.....	15
SENADO APROVA PROJETOS PARA CONTER ALTA DE COMBUSTÍVEIS	15
PL 1472/2021 CRIA A CONTA DE ESTABILIZAÇÃO DOS PREÇOS	17
PETROBRAS SOBE PREÇOS DA GASOLINA, DIESEL E GÁS DE COZINHA	18
FAGUNDES DIZ QUE É PRECISO AVANÇAR NA POLÍTICA DE PREÇOS	19
ESPECIAL - INTEGRAÇÃO DOS PORTOS COM A COMUNIDADE GARANTE DESENVOLVIMENTO, DIZ PRESIDENTE DE PORTUGAL	19
ESPECIAL - SINES PREPARA EXPANSÃO DE SUAS INSTALAÇÕES DE CONTÊINERES	21
ECOSSISTEMA DE AGENTES PORTUÁRIOS	22
ESPECIAL - MINISTÉRIO DE PORTUGAL, SINES E ANTAQ FIRMAM PARCERIA PARA TROCA DE INFORMAÇÕES	23
OPINIÃO – GESTÃO - A MODERNA RELAÇÃO PORTO-CIDADE	24
VITRINE - SURPRESAS NO ALÉM TEJO	25
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	26
RICARDO OSORIO TROTTI É O NOVO DIRETOR DE OPERAÇÕES DA BTP.....	26
SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS AFIRMA QUE BRASIL BUSCA ALTERNATIVA PARA POSSÍVEL FALTA DE FERTILIZANTES NO PAÍS.....	27
CPI DAS CAVAS SUBAQUÁTICAS OUVRE REPRESENTANTES DA VLI E USIMINAS SOBRE LICENCIAMENTO DE OBRA NO PORTO DE SANTOS	29
PORTOS DO PARANÁ MARCA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ÁREA DE ARRENDAMENTO DE GRANÉIS SÓLIDOS	31
PORTUGAL – MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS DEFENDE QUE ATLÂNTICO TEM QUE VOLTAR A SER CENTRO DA GLOBALIZAÇÃO.....	32
PAÍSES ÁRABES PODEM AUMENTAR OFERTA DE FERTILIZANTES PARA O BRASIL.....	33
NAVAL PORTO ESTALEIRO	34
PORTO DO PECÉM REALIZA OBRAS DE INFRAESTRUTURA E AMPLIA PÁTIO DE ARMAZENAGEM DE CARGAS PARA SEREM EXPORTADAS.....	34
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	35
CONGRESSO APROVA REFORMA DO ICMS DOS COMBUSTÍVEIS E TEXTO VAI À SANÇÃO.....	35
CONGRESSO APROVA DESONERAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS	37



JORNAL O GLOBO – RJ.....	40
PRESSIONADO PELA GUERRA, GOVERNO LANÇA PLANO DE FERTILIZANTES	40
DISTRIBUIDORAS CORREM PARA REFORÇAR ESTOQUES DE DIESEL E EVITAR DESABASTECIMENTO	41
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	42
GUEDES DIZ QUE IDEIA DO GOVERNO É ACABAR COM IPI A MÉDIO PRAZO	42
PARTIDOS VÃO AO SUPREMO CONTRA GOVERNO POR AMPLIAR BENEFÍCIOS A USINAS DE CARVÃO ATÉ 2040.....	43
ENTENDA O QUE FOI APROVADO NO CONGRESSO PARA CONTER O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS.....	45
GOVERNO ESCALA 'TROPA DE CHOQUE' POR NOVO ICMS E AUXÍLIO-GASOLINA	47
VALOR ECONÔMICO (SP).....	49
SANTOS BRASIL MANTÉM PLANO DE EXPANSÃO, DIZ DIRETOR.....	49
CARGILL MANTERÁ NEGÓCIOS NA RÚSSIA, MAS SUSPENDERÁ INVESTIMENTOS	50
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS E DTA ENGENHARIA ENCERRAM CONTRATO DE DRAGAGEM DO TERMINAL	51
SANTOS BRASIL: 'NÃO TEMOS PROBLEMA COM CONCORRÊNCIA NO PORTO DE SANTOS', DIZ DIRETOR	51
SANTOS BRASIL REVERTE PREJUÍZO E TEM LUCRO DE R\$ 271,7 MILHÕES EM 2021	52
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	53
HOMOLOGADA REVISÃO TARIFÁRIA DO PORTO DE SUAPE.....	53
CADE AVALIARÁ PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ENTRE CMA GM E MAERSK	54
TVV AGUARDA COM ANSIEDADE VENCEDOR DO LEILÃO DA CODESA, DIZ DIRETOR	54
MAERSK E PARCEIROS PERTENDEM DISPOR DE 730 MIL TONELADAS/ANO DE METANOL VERDE ATÉ 2025	55
ARCELORMITTAL TUBARÃO OBTÉM CERTIFICAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE INÉDITA NAS AMÉRICAS	57
GRUPO MSC CONSTRUIRÁ MAIOR TERMINAL DE CRUZEIROS DA AMÉRICA DO NORTE	57
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	58
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	58



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CONTRATO DE DRAGAGEM DO PORTO DE SANTOS É RESCINDINDO APÓS BATALHA JUDICIAL SANTOS

Port Authority e DTA encerram vínculo de comum acordo após meses de questionamentos

Por: **Fernanda Balbino**



Contrato de dragagem do Porto de Santos é rescindindo após batalha judicial Foto: Matheus Tagé/AT

Após meses de intensas trocas de farpas e disputas judiciais, a Santos Port Authority (SPA) e a DTA Engenharia rescindiram “de comum acordo”, na última quarta-feira (9), o contrato de dragagem do Porto de Santos. Agora, a previsão é de que os trabalhos sejam retomados em 20 dias, desta vez, sob a responsabilidade da Van Oord Operações Marítimas.

O contrato se refere à manutenção das profundidades nos trechos 1, 2, 3 e 4 do canal de acesso, acesso aos berços e berços de atracação do Porto de Santos.

A Autoridade Portuária entendia que o vínculo firmado com a DTA há dois anos havia vencido em janeiro e, inclusive, já tinha contratado a Van Oord para a prestação do serviço. A empresa holandesa apresentou a melhor proposta, de R\$ 371 milhões, em uma concorrência aberta pela estatal no ano passado.

Por não concordar com a SPA, a DTA foi à Justiça e garantiu a continuidade do serviço até abril. Também alegava prejuízos por conta de questões contratuais. Mesmo assim, participou da nova concorrência, cobrando R\$ 379 milhões pelo serviço - acabou superada pela Van Oord.

Mesmo após a decisão judicial que garantiu à DTA a continuidade da obra, em alguns momentos a SPA informou que os trabalhos não estavam sendo realizados. Por conta disso, as partes trocaram acusações e buscaram o Poder Judiciário por diversas vezes.

A questão preocupou usuários do Porto de Santos, que temiam assoreamento (deposição de sedimentos no canal de navegação e nos berços de atracação) e, conseqüentemente, prejuízos operacionais em meio à briga.

Agora, a empresa de dragagem e a estatal que administra o Porto de Santos afirmam, em nota conjunta, que “envidarão os seus melhores esforços visando finalizar no âmbito administrativo as questões subsistentes após a rescisão”.

Enquanto isso, a SPA aponta que expediu, na última quarta-feira, a ordem de serviço para mobilização dos equipamentos e início dos trabalhos de dragagem de manutenção pela Van Oord.

“Pelo acordo, SPA e DTA reconhecem que a partir desta data o contrato está formalmente extinto, eximindo a DTA da continuidade de sua execução e autorizando a SPA à assunção imediata do objeto contratual para dar início ao novo contrato, bem como colocando fim às discussões até então judicializadas”, destacaram a Autoridade Portuária e a empresa, em nota conjunta.

Fonte: **A Tribuna Digital - SP**

Data: 11/03/2022

DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS SERÁ TEMA DE NOVA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Debate foi marcado pela Antaq para a próxima segunda-feira (14)
Por: ATribuna.com.br

A segunda audiência pública para debater o processo de desestatização da Santos Port Authority (SPA), empresa responsável pela gestão do Porto de Santos, acontecerá na próxima segunda-feira (14), em formato virtual. Realizada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a sessão terá início às 10h. Esta sexta-feira (11) é o último dia para se inscrever e ter direito à palavra no encontro.

O primeiro encontro ocorreu em 10 de fevereiro, na Associação Comercial de Santos (ACS). Na ocasião, houve diversos pedidos por uma segunda audiência pública, atendido agora pela Antaq. Com transmissão ao vivo pelo canal da agência no YouTube, a audiência permitirá a participação de quem enviar os dados pessoais pelo WhatsApp (61) 2029-6940, das 9h às 14h.

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, havia adiantado para A Tribuna que o segundo encontro deveria acontecer na próxima semana devido ao prazo da consulta pública sobre a desestatização da SPA, que termina no dia 16 de março.

O objetivo da audiência é receber contribuições e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório de concessão do Porto. A partir disso, o modelo proposto poderá sofrer ajustes e adequações.

Desestatização

Segundo os estudos apresentados, o prazo de concessão será de 35 anos, prorrogável por até cinco anos. Além disso, a previsão de investimentos totaliza cerca de R\$ 18 bilhões.

A futura concessionária deverá direcionar cerca de R\$ 1,4 bilhão para a construção do novo píer de atracação, obras em cais públicos, investimentos em dragagem e nas áreas de acesso ao Porto de Santos, além de aportar cerca de R\$ 3 bilhões em recursos para a construção do túnel submerso que ligará as cidades de Santos e Guarujá.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 11/03/2022

MINISTRO DA INFRAESTRUTURA CONFIRMA PRESENÇA EM EVENTO DO GRUPO TRIBUNA EM SANTOS

Tarcísio Gomes de Freitas estará no evento Porto & Mar no dia 18
Por: Redação



Ministro da Infraestrutura confirmou presença no evento Porto & Mar Foto: Agência Brasil

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, confirmou presença no evento Porto & Mar, que será realizado no próximo dia 18, na sede do Grupo Tribuna, em Santos.

O titular de uma das pastas mais importantes do Governo Federal fará uma palestra, às 15h, com o tema "A desestatização do Porto de Santos". A União trabalha com a perspectiva de privatizar a Santos Port Authority (SPA) até o final do ano.

Depois, ele participará de uma mesa de debates com articulistas do jornal A Tribuna e os integrantes da coluna De Popa a Proa, publicada todos os sábados na editoria Porto & Mar. A mediação será do empresário e apresentador Maxwell Rodrigues.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/03/2022



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

NOVA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS (SP) SERÁ NA SEGUNDA-FEIRA (14)

A reunião será em formato telepresencial e terá início às 10h. Os investimentos previstos são de R\$ 16 bilhões



A ANTAQ realizará, no dia 14 de março, a partir das 10h, audiência pública telepresencial para obter contribuições visando ao aprimoramento dos documentos referentes à realização de certame licitatório de concessão do Porto Organizado de Santos (SP). De acordo com os estudos, os investimentos previstos para adequação da infraestrutura do complexo portuário totalizam R\$ 16 bilhões, que deverão ser realizados ao longo da vigência

contratual. O prazo de concessão será de 35 anos, prorrogável por até 5 anos.

Participação Social

A sessão será transmitida pela Internet, gravada e disponibilizada no canal da ANTAQ no "Youtube". Não é necessária inscrição para assistir à Audiência Pública pelo "Youtube".

A dinâmica da audiência pública virtual será a seguinte: os interessados em manifestar-se na audiência virtual deverão se inscrever pelo aplicativo de mensagens "WhatsApp" no número (61) 2029-6940. O período de inscrição será das 9h às 14h do dia 11 de março de 2022; os interessados poderão enviar sua contribuição por vídeo, áudio ou até mesmo por escrito no "WhatsApp"; os interessados também poderão se manifestar entrando na sala de reunião criada no aplicativo "ZOOM". Para isso, no ato de inscrição, o interessado deverá se manifestar nesse sentido; e em caso de problemas computacionais para utilização da ferramenta "ZOOM", será realizada uma segunda tentativa de conexão ao final de todas as contribuições ou o interessado poderá encaminhar sua contribuição pelo "WhatsApp".

Serviço

Audiência Pública nº 1/2022 - Desestatização do Porto de Santos

Transmissão ao vivo pelo YouTube: <https://www.youtube.com/c/CanalANTAQ>

Data: 14/3/2022

Horário: 10h

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 11/03/2022



MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA REGISTRA 88,5 MILHÕES DE TONELADAS EM JANEIRO

Portos públicos registraram crescimento de 4,41% e a navegação interior teve aumento de 31% no período.

O setor portuário nacional (portos públicos + terminais autorizados) movimentou 88,5 milhões de toneladas em janeiro de 2022. O número representou queda de 0,75% em comparação com o mesmo mês de 2021, quando foram movimentados 89,2 milhões de toneladas. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (10) pela ANTAQ.

Em relação às instalações, os portos públicos movimentaram 27,9 milhões de toneladas em janeiro deste ano – um crescimento de 4,41%. Os terminais autorizados (portos privados) movimentaram 60,5 milhões de toneladas – queda de 3,11%.

Sobre os perfis de carga, o setor portuário movimentou 47,6 milhões de toneladas de granel sólido (queda de 0,32% em comparação com janeiro de 2021). A movimentação de granéis líquido e gasoso alcançou 25,5 milhões de toneladas – redução de 4,42%. Na carga containerizada, redução de 1,06% (10 milhões de toneladas). Por fim, o setor movimentou 5,4 milhões de toneladas de carga geral, aumento de 14,32%.

Levando-se em conta as mercadorias, a carga mais movimentada foi o minério de ferro: 25,8 milhões de toneladas, redução de 13,51%. Em seguida, petróleo e derivados (óleo bruto), com 15,9 milhões de toneladas movimentadas e queda de 8,53% em comparação com janeiro de 2021. Depois, petróleo e derivados (sem óleo bruto) – 10 milhões de toneladas, queda de 1,06%.

O Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA) foi a instalação que mais movimentou em janeiro deste ano – 14,5 milhões de toneladas, redução de 7,31% em comparação com igual período de 2021. Em seguida, apareceu o Porto Organizado de Santos (SP). O complexo portuário santista movimentou 7,9 milhões de toneladas, registrando aumento de 8,42%. Na terceira posição, veio o Terminal Aquaviário de Angra dos Reis. A instalação fluminense movimentou 6,1 milhões de toneladas, aumento de 4,51%.

Navegação

A navegação de longo curso movimentou 60,1 milhões de toneladas em janeiro de 2022, crescimento de 0,02% em relação ao mesmo período do ano passado. Já a cabotagem movimentou 23,7 milhões de toneladas, redução de 6,97%. A navegação interior movimentou 4,4 milhões de toneladas, registrando um expressivo aumento de 31,19%.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 11/03/2022



Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

ATUAÇÃO DA AGU GARANTE SEGURANÇA JURÍDICA AOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DO GOVERNO FEDERAL, DIZ TARCÍSIO

Ministro da Infraestrutura participou da abertura de seminário promovido pelo Minfra com a Advocacia-Geral da União

“Com o profissionalismo e o conhecimento técnico da AGU temos um programa de concessões bem sucedido, onde o futuro vem sendo plantado”, afirmou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio



Gomes de Freitas, ao participar nesta quinta-feira (10) na abertura do seminário Direito e Infraestrutura no Brasil, promovido pelo Ministério da Infraestrutura em parceria com a Escola da Advocacia-Geral da União (AGU).

Para o ministro, o Brasil passa por um momento de confiança da iniciativa privada mantendo um forte vínculo com a segurança jurídica. Somente na área de infraestrutura de transportes, foram 81 leilões, que garantiram R\$ 89,81 bilhões em investimentos durante a duração dos contratos. São 34 aeroportos, seis ferrovias e seis rodovias concedidas, além de 35 terminais portuários arrendados.

Além de Tarcísio de Freitas, participaram o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, Valter Shuenquener; o advogado-geral da União, Bruno Bianco Leal; o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), Marco Aurélio de Barcelos Silva; o presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Fernando Paes.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 11/03/2022



Ministério da Economia

GOV – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

ANTAQ REALIZARÁ SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A CONCESSÃO DO PORTO DE SANTOS

Sessão pública será virtual, no dia 14 de março, às 10h

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizará, a partir das 10h de 14 de março, a segunda audiência pública do processo de concessão do Porto de Santos. A sessão será realizada em formato virtual.

A reunião tem como objetivo obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos publicados, relativos à realização de certame licitatório de concessão do porto. O recebimento de contribuições da sociedade civil é de suma importância para a realização de ajustes e adequações no modelo proposto.

A primeira audiência pública ocorreu, em 10 de fevereiro, na Associação Comercial de Santos. Na ocasião, diversos interessados fizeram requerimento para realização de uma segunda audiência pública, o que foi acolhido pela Diretoria da ANTAQ.

A segunda sessão pública de audiência será transmitida via Youtube, no canal da ANTAQ. Não será necessária inscrição prévia para assistir a Audiência Pública. A imprensa será cadastrada pelo endereço eletrônico imprensa@antag.gov.br, e os interessados em se manifestar durante a audiência devem se inscrever pelo aplicativo de mensagens WhatsApp no número (61) 2029-6940. O período de inscrição será das 9h às 14h de 11 de março de 2022. O período de consulta pública teve início em 31 de janeiro e termina em 16 de março de 2022.

De acordo com os estudos apresentados, o prazo de concessão será de 35 anos, prorrogável por até 5 anos. Ainda há previsão de investimentos que totalizam cerca de R\$ 18 bilhões, dentre novos investimentos e despesas de manutenção ao longo do contrato.

Em relação aos novos investimentos, a futura concessionária deverá direcionar cerca de R\$ 1,4 bilhão para a construção do novo píer de atracação, obras em cais públicos, investimentos em dragagem e nas áreas de acesso ao porto. Além disso, deverá aportar cerca de R\$ 3 bilhões em recursos que serão utilizados para a construção de túnel submerso que ligará as cidades de Santos e Guarujá.



Fonte: GOV – Ministério da Economia - DF
Data: 11/03/2022

STARTOUT BRASIL DIVULGA PERFIL DAS 40 STARTUPS APROVADAS PARA O CICLO SANTIAGO

Soluções inovadoras participam da missão virtual para expandir seus negócios no mercado chileno

O StartOut Brasil – programa de apoio à internacionalização de startups brasileiras nos ecossistemas mais promissores do mundo – divulgou o perfil das 40 startups aprovadas para participar da Missão Virtual, primeira etapa do Ciclo Santiago 2022, que teve início no dia 8 de fevereiro. Os campos com maior atuação dos negócios selecionados são Inteligência Artificial, Soluções Corporativas, Agricultura e Alimentação, Tecnologias Limpas e Mobilidade.

“O StartOut Brasil está oferecendo uma oportunidade única de expansão dos negócios inovadores brasileiros para o Chile, um dos ecossistemas mais promissores da América Latina. A região, que tem um grande número de unicórnios, tem atraído a atenção de grandes investidores internacionais. Por isso, para os selecionados nesse ciclo, essa será uma grande chance de conexão com fundos internacionais, investidores e potenciais clientes para a conquista de novos mercados. Com programas como esse, seguimos na missão de apoiar os empreendedores do país e expandir os caminhos para o desenvolvimento dos negócios brasileiros em escala global”, afirma o secretário especial adjunto de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), Bruno Portela.

As 40 selecionadas são provenientes de oito estados brasileiros: a maior parte de São Paulo (15), seguido por Santa Catarina (6) e Minas Gerais (6), Rio de Janeiro (4), Rio Grande do Sul (3), Paraná (3), Espírito Santo (2) e Alagoas (1). Os modelos de negócio das startups aprovadas são, em sua maioria, B2B (28), seguido por B2B2C (9), B2C (2) e Licensing (1). Das empresas que participarão do Ciclo Santiago 2022 do StartOut Brasil, 29 já receberam Investimento Anjo ou Venture Capital, 28 já obtiveram o apoio financeiro de aceleradora, incubadora ou parque tecnológico, e 17 receberam investimento do setor público.

Os ciclos do StartOut Brasil são divididos em três etapas. Na primeira, as 40 startups selecionadas participam de uma missão virtual que visa capacitar e conectar os empreendedores, orientando-os para a prospecção de parceiros de negócios no país de destino. Entre as atividades oferecidas, estão treinamento de pitch internacional, mentorias técnicas e coletivas, e uma agenda de reuniões de negócios organizada por um matchmaker, ou seja, uma pessoa que faz a intermediação entre uma empresa e uma startup.

As 15 empresas que se destacarem avançam para a Missão de Imersão, que oferecerá, entre 27 de abril e 24 de junho, atividades virtuais e presenciais em Santiago. Lá, os empreendedores terão a oportunidade de visitar ambientes de inovação, fazer conexões com alguns dos principais atores do cenário de empreendedorismo inovador do país e, ainda, de apresentar presencialmente seus negócios para investidores, possíveis clientes e parceiros. A partir de 25 de junho, as cinco melhores startups poderão se habilitar a participar da Missão Follow-up, cujo objetivo é estimular o retorno ao mercado chileno e aprofundar os relacionamentos e oportunidades de negócios prospectados durante a Missão de Imersão.

Conheça as 40 startups que iniciam a Missão Virtual do Ciclo Santiago, por área de atuação:

Tecnologias agrícolas e alimentares: NoMoo Plant-Based; Quiron; e Pitayalirrigação

Biociencia: Nanoscopying

Tecnologias limpas: MeuResíduo; Conatus Ambiental; e PWTech

Conectividade: Nvoip



Tecnologias financeiras: Yours Bank

Tecnologias de seguro: Suthub

Inteligência artificial: Predify; NeuralMind; Alana AI; e Dersalis

Internet das coisas: Sensorweb e Onegrid

Comércio e logística: School Guardian

Mineração e metalurgia: AdamaNT e WorkGeo

Tecnologias de robótica: Acta Robotics

Tecnologias médicas e de saúde: Isgame e Ninsaúde

Tecnologias de segurança e proteção: Neokohm Telematics Intelligence

Imobiliária: Hauseful

Recursos humanos: Mindsight

Ciência de dados: Simplifica

Soluções empresariais: Trakto; clickCompliance; Pris; Secretaria Naty; e Exati

Tecnologia esportiva: SporTI

Tecnologias industriais: Aiko Serall

Tecnologias de mobilidade e transporte: Everlog; HTP Solution Informatica e Sistemas S.A.; e Integra Frotas

Tecnologias de fabricação: Danval

Viagem e turismo: iFriend

Sobre o StartOut Brasil

Realizado pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), o programa já passou por Nova Iorque, Bogotá, Buenos Aires, Paris, Berlim, Miami, Lisboa, Santiago, Toronto, Boston e Xangai.

Desde sua criação, em 2017, o StartOut Brasil já completou ciclos em mais de 10 destinos internacionais, realizou mais de 220 atendimentos de startups e já apoiou mais de US\$ 11 milhões em negócios gerados.

Fonte: GOV – *Ministério da Economia - DF*

Data: 11/03/2022

CAF APROVA COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA APOIAR A PRIMEIRA CONCESSÃO DE HIDROVIA DO BRASIL

Hidrovia Brasil-Uruguai é composta pelo Canal de São Gonçalo e Hidrovia Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul

O Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) divulgou nesta quinta-feira (10/3), a aprovação da cooperação técnica para o apoio aos estudos da concessão da Hidrovia da Lagoa Mirim e do Canal de São Gonçalo, ambos no estado do Rio Grande do Sul. O valor da cooperação é de até US\$ 285.800.

O empreendimento que conta com o apoio do governo uruguaio foi qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), por meio do Decreto nº 10.865, de 19 de novembro de 2021.

Consultado o interesse do Ministério da Infraestrutura, e com a colaboração da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (Seppi) solicitou ao CAF, em dezembro de 2021, o apoio técnico e financeiro para a contratação de consultores para auxiliarem na realização do processo licitatório da concessão.

Com a aprovação da cooperação técnica, o CAF contratará consultores que apoiarão o governo federal na revisão e na complementação dos estudos de viabilidade, além de auxiliarem o



processo licitatório da concessão a ser realizado pela Antaq. A parceria com o CAF agregará ao projeto toda a expertise do banco em empreendimentos de infraestrutura e em ações de promoção do desenvolvimento regional.

A Hidrovia da Lagoa Mirim e do Canal de São Gonçalo compõe a chamada Hidrovia Brasil-Uruguai, empreendimento estruturador para a integração logística compreendida na região sul do continente sul-americano. O principal objetivo da concessão – primeira a ser realizada no Brasil – é viabilizar o aprofundamento e a manutenção do canal de navegação, garantindo o tráfego seguro de embarcações durante todo o ano. Os principais investimentos previstos para a concessão são a dragagem e a sinalização da hidrovia.

Confira nota divulgada pelo CAF sobre o assunto.

<https://www.caf.com/es/actualidad/noticias/2022/03/caf-apoyara-la-concesion-de-la-hidrovia-brasil-uruguay-y-el-desarrollo-fronterizo-en-la-region/>

Fonte: GOV – Ministério da Economia - DF

Data: 11/03/2022

LEILÃO DE CONCESSÃO DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO DO BAIXIO DE IRECÊ É REMARCADO PARA 1º DE JUNHO

Alteração foi feita a pedido das empresas interessadas, que precisaram de mais tempo para formulação de propostas. Esse prazo adicional vai agora até o dia 25 de maio

O governo federal publicou, nesta quinta-feira (10/03), aviso de alteração da data do leilão de concessão das etapas 3 a 9 do projeto de irrigação do Baixio de Irecê, na Bahia. O recebimento das propostas ocorrerá no dia 25 de maio e o leilão será realizado em 1º de junho, ambos na sede da B3, em São Paulo. Devido ao ineditismo e à complexidade do projeto, diversas empresas interessadas solicitaram prazo adicional para estudar os documentos e formular suas propostas. A alteração da data permitirá, portanto, uma maior concorrência no leilão da concessão.

Acesse o aviso de alteração e demais documentos de licitação

O projeto de irrigação do Baixio do Irecê é o primeiro de um portfólio de projetos de parcerias com o setor privado para ocupação agrícola irrigada, por meio de contratos de concessão em larga escala, a ser desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, Codevasf e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), com apoio do Programa de Parcerias de Investimento (PPI).

Localizado na região do médio São Francisco, na Bahia, é o maior projeto de irrigação da América Latina, abrangendo 105 mil hectares, sendo ao menos 48 mil de área irrigável. Serão concedidas as etapas 3 a 9 do projeto e são esperados investimentos de R\$ 1,5 bilhão na implantação da infraestrutura de irrigação e exploração agrícola da área.

O projeto está dividido em nove etapas. As etapas 1 e 2 somam 16 mil hectares irrigáveis e estão em fase de ocupação, com início de produção agrícola previsto para este ano. O governo federal investiu cerca de R\$ 1 bilhão na aquisição e regularização fundiária da área do perímetro e na implantação de 42 quilômetros do canal principal, estação de bombeamento, adutoras, estação de pressurização e infraestrutura de suprimento energético, entre outros.

Fonte: GOV – Ministério da Economia - DF

Data: 11/03/2022

GUEDES DIZ QUE MEDIDAS ATENUAM ALTA DO PETRÓLEO E AGRADECE AO CONGRESSO

Ministro da Economia falou com a imprensa após reunião com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque



O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que os projetos aprovados nesta quinta-feira (10/3) pelo Congresso Nacional buscam atenuar o aumento do preço do petróleo e dos combustíveis para a população brasileira. Ao lado do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, Guedes fez questão de agradecer o empenho dos congressistas e enaltecer a capacidade de entendimento entre o Executivo e o Legislativo diante do momento complicado que o mundo

atravessa.

Guedes e Albuquerque lembraram que o aumento de preços do petróleo e outros produtos é um fenômeno mundial, decorrente da restrição de oferta provocada pelo conflito no Leste europeu, envolvendo Rússia e Ucrânia.

Segundo o ministro da Economia, as medidas aprovadas e ainda em discussão no Congresso vão dividir o custo desse aumento de preços entre a União – que vai poder zerar impostos incidentes sobre o óleo diesel (Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS/Cofins) –, os estados, que vão rever a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e a população.

“Queremos agradecer ao Senado pelo trabalho de coordenação, conciliação e de compartilhamento dos custos que essa guerra está impondo à população brasileira. Há uma guerra do outro lado do mundo que pressiona o custo do petróleo. Atenuamos o impacto aos consumidores brasileiros. Estamos felizes por esse acordo de compartilhamento”, declarou Guedes.

Ainda de acordo com o ministro da Economia, o governo brasileiro está trabalhando sempre da melhor forma possível para lidar com as crises que surgem, como a pandemia e, agora, a guerra no Leste europeu. “Devemos ter orgulho da capacidade de resposta da democracia brasileira”, pontuou Guedes, lembrando que o país vacinou sua população, promoveu um retorno seguro ao trabalho e já retomou patamares econômicos anteriores à pandemia.

“Tenho muito orgulho da reação da população brasileira. O recado é que estamos solidários, queremos ajudar, estamos fazendo o melhor e estamos lidando com situações muito difíceis. Há quanto tempo não há uma guerra aberta? Com explosão de preços de combustíveis. Quando houve uma pandemia dessas? É um tempo realmente muito difícil para todos nós e o que sempre tenho a dizer ao povo é obrigado pela resiliência, pela capacidade, por não desistir, por lutarem”, enfatizou o Guedes.

Paulo Guedes também destacou que a reunião com Bento Albuquerque abordou a capitalização da Eletrobras. Os dois ministros terão encontros no Tribunal de Contas da União (TCU) para tratar da etapa final da operação que busca elevar a capacidade de investimento da empresa.

Fonte: GOV – Ministério da Economia - DF
Data: 11/03/2022

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL - O DIESEL, O CUSTO E O RISCO PARA OS TRANSPORTES

A reação da Petrobras à volatilidade do petróleo no mercado internacional, provocada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, foi a pior que se poderia esperar. A Petrobras corrigiu o preço do litro



da gasolina em 18,8% e o do diesel em 24,9%. Os reajustes são válidos para vendas às distribuidoras, no entanto, os aumentos já estão sendo repassados aos postos de combustíveis para o consumidor final.

A Petrobras diz que não absorveu todo o impacto da volatilidade do petróleo, mas as correções alarmaram toda a economia brasileira, especialmente o setor de transportes de cargas. O diesel representa entre 40% e 60% dos custos do transporte e o setor já olha com apreensão em direção às próximas semanas. O segmento já vem buscando recursos para equilibrar os custos nos negócios há pelo menos dois anos, pois o diesel e os fretes registraram aumentos progressivos por uma série de fatores, principalmente a pandemia, e, agora, a situação se agrava com a guerra no leste europeu, que entra na terceira semana.

Em meio ao anúncio dos reajustes exorbitantes da Petrobras, os senadores finalmente chegaram a um consenso, após vários adiamentos, e votaram dois projetos que visam frear a alta nos preços dos combustíveis. A aprovação das matérias arrefeceu um pouco o forte calor das tensões dos últimos tempos, mas os textos ainda passarão pelo aval da Câmara dos Deputados para só depois serem encaminhados ao Executivo Federal para análise, sanção ou veto.

O Projeto de Lei (PL) 1.472/2021 altera a forma de cálculo do preço dos combustíveis e cria uma Conta de Estabilização. Já o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020 propõe a simplificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis.

Mas, o Governo Federal também estuda outra medida para conter a alta do diesel. Se a guerra se prolongar ainda mais, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já sinalizou que poderá criar um subsídio para o combustível.

Ações urgentes precisam ser administradas para conter os fortes aumentos e desacelerar a inflação.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/03/2022*

HUB - CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

QUEDA I

O sistema portuário brasileiro, que reúne os portos públicos e os terminais privados do País, operou 88,5 milhões de toneladas no último mês de janeiro. O total representa uma queda de 0,75% em relação a janeiro do ano passado (89,2 milhões de toneladas). Somente os portos públicos movimentaram 27,9 milhões de toneladas, uma alta de 4,41%, enquanto as instalações privadas, 60,5 milhões de toneladas, queda de 3,11%. As informações foram divulgadas ontem pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

QUEDA II

Em relação ao perfil da mercadoria, foram movimentadas 47,6 milhões de toneladas de granel sólido (queda de 0,32%), 25,5 milhões de toneladas de granéis líquido e gasoso (4,42% a menos), 10 milhões de toneladas de carga containerizada (redução de 1,06%) e 5,4 milhões de toneladas de carga geral (alta de 14,32%).

QUEDA III

Segundo o levantamento da Antaq, a maior movimentação de cargas foi registrada no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA), por onde passaram 14,5 milhões de toneladas (diminuição de 7,31%). Em segundo lugar, está o porto organizado de Santos (SP), com 7,9 milhões de toneladas (alta de 8,42%). No caso de Santos, não são contados os resultados das instalações localizadas fora dos limites oficiais do porto.

VIRACOPOS

Os estudos para a relicitação do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), foram protocolados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) no Tribunal de Contas da União (TCU), na última quarta-feira. Agora, a corte irá analisar o material e, então, publicar o edital e definir a data do leilão, que deve ocorrer no terceiro trimestre. O futuro concessionário deverá investir R\$ 4,25 bilhões no decorrer dos 30 anos de contrato.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/03/2022

ATUAÇÃO DA AGU GARANTE SEGURANÇA JURÍDICA AOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DO GOVERNO, DIZ TARCÍSIO

Ministro da Infraestrutura participou da abertura de seminário promovido pelo Minfra com a Advocacia-Geral da União

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br

“Com o



profissionalismo e o conhecimento técnico da AGU, temos um programa de concessões bem-sucedido, onde o futuro vem sendo plantado”, afirmou o ministro Tarcísio de Freitas

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, participou, ontem, da abertura do seminário Direito e Infraestrutura no Brasil, promovido pelo Ministério da Infraestrutura em parceria com a Escola da Advocacia-Geral da União (AGU).

“Com o profissionalismo e o conhecimento técnico da AGU, temos um programa de concessões bem-sucedido, onde o futuro vem sendo plantado”, afirmou Tarcísio de Freitas.

Para o ministro, o Brasil passa por um momento de confiança da iniciativa privada mantendo um forte vínculo com a segurança jurídica. Somente na área de infraestrutura de transportes, foram 81 leilões, que garantiram R\$ 89,81 bilhões em investimentos na vigência dos contratos. São 34 aeroportos, seis ferrovias e seis rodovias concedidas, além de 35 terminais portuários arrendados.

Além de Tarcísio de Freitas, participaram o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, Valter Shuenquener; o advogado-geral da União, Bruno Bianco Leal; o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), Marco Aurélio de Barcelos Silva; o presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Fernando Paes.

R\$ 89,81 bi

FORAM GARANTIDOS EM INVESTIMENTOS PARA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES EM 81 LEILÕES. SÃO 34 AEROPORTOS, SEIS FERROVIAS E SEIS RODOVIAS CONCEDIDAS, ALÉM DE 35 TERMINAIS PORTUÁRIOS ARRENDADOS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/03/2022

ANTAQ PUBLICA PADRONIZAÇÃO DE TARIFAS NO PORTO DE SUAPE

Os novos valores conduzem a um Índice de Reajuste Médio (IRT) de 19,87% e um Efeito Médio Tarifário (EMT) de -4,09%

Por **GUILHERME MENDES** guilherme@portalbenews.com.br



O Porto de Suape fica na cidade de Ipojuca (PE), na região metropolitana do Recife

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) publicou ontem uma padronização tarifária e revisão tarifária relativas ao Porto de Suape, na cidade de Ipojuca (PE), região metropolitana do Recife. Os novos valores, disponíveis no Diário Oficial da União, conduzem a um Índice de Reajuste Médio (IRT) de 19,87% e um Efeito Médio Tarifário (EMT) de -4,09%.

Com data-base de agosto de 2020, a agência passa a prever uma Receita Tarifária Anual (RAT) projetada de R\$ 117,8 milhões ao porto organizado. A Antaq reajustou os investimentos em infraestrutura em R\$ 137,3 milhões. Tais

obras devem ocorrer em no mínimo 12 meses e concluídas em até 36 meses - se não forem concluídas, entrarão como crédito na próxima revisão tarifária de Suape.

No início do mês, a Antaq publicou o edital para o arrendamento de um dos terminais do porto organizado pernambucano. A área, de 72 mil metros quadrados, deve ser leiloada em 30 de março, pouco antes da data máxima para que o ministro da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas decida se irá concorrer a algum cargo.

O ativo, conhecido como Terminal de Granéis Sólidos de Suape (TGSS), deve atrair investimentos de R\$ 59,8 milhões a partir de 2024, quando o novo contrato entra em vigor. Para o ministro, o Brasil passa por um momento de confiança da iniciativa privada mantendo um forte vínculo com a segurança jurídica. Somente na área de infraestrutura de transportes, foram 81 leilões, que garantiram R\$ 137,3 milhões em investimentos. Entre os investimentos, a nova arrendatária deverá aumentar a capacidade do terminal para o mínimo de 12 mil toneladas, além da produtividade de 549 toneladas por hora para movimentação de coque de petróleo e 128 t/h para açúcar ensacado.

Atualmente, uma empresa opera o terminal em um contrato de transição, e pode ser uma das concorrentes ao certame.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 11/03/2022

SENADO APROVA PROJETOS PARA CONTER ALTA DE COMBUSTÍVEIS

Uma proposta simplifica a cobrança de ICMS e a outra matéria cria uma conta de estabilização de preços

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

Projetos foram votados e aprovados ontem após adiamentos



A alta do preço do barril de petróleo registrada nos últimos dias em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia, reforçaram a urgência na aprovação das medidas de contenção nos preços dos combustíveis

O Senado aprovou, ontem, dois projetos que visam reduzir o impacto da alta dos combustíveis para os consumidores, influenciada principalmente pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. As propostas seguem agora para análise da Câmara dos

Deputados.

Ainda hoje, entram em vigor os reajustes nos preços dos combustíveis anunciados pela Petrobras. O preço médio da gasolina para as distribuidoras sobe de R\$ 3,25 para R\$ 3,86 por litro, uma alta de 18,8%. Já o diesel passa de R\$ 3,61 para R\$ 4,51 por litro, um aumento de 24,9%.

A primeira votação, por 61 votos a oito, foi sobre o Projeto de Lei (PL) 1472/2021, que cria a Conta de Estabilização dos Preços dos combustíveis (CEP), auxílio-gasolina e amplia o alcance do benefício chamado de auxílio-gás.

O PLP 11/2020 foi o segundo a ser votado e aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo relator da matéria, o senador Jean Paul Prates (PT-RN). A aprovação foi por 68 votos a favor, 1 contrário e 1 abstenção. A matéria trata do valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre os combustíveis.

O PLP estabelece a cobrança monofásica (em uma única fase da cadeia de produção) do ICMS para uma série de combustíveis e a adoção de um ICMS único para todos os estados, já que hoje cada um tem um imposto diferente.

Se aprovado na Câmara dos Deputados, os estados definirão em acordo o valor da alíquota e ele não poderá ser reajustado durante 12 meses. Após esse prazo, poderá sofrer alteração a cada seis meses. Já as reduções podem ser feitas a qualquer momento.

Para o relator da matéria, senador Jean Paul, a medida permite que os estados implantem a monofasia sem perdas financeiras, além de facilitar a fiscalização tributária e reduzir a sonegação, com potencial de aumentar a arrecadação. Ele acredita que, com o projeto, os combustíveis serão menos afetados por flutuações conjunturais.

A tributação será aplicada ao diesel, biodiesel, gasolina, o etanol anidro (que é misturado à gasolina), o gás liquefeito de petróleo (GLP), o gás liquefeito de gás natural (GLGN) e o querosene de aviação (QAV).

Atualmente, o ICMS sobre combustíveis varia de um estado para o outro e é calculado em toda a cadeia de distribuição e sobre um preço médio na bomba. Com o projeto, o tributo passa a ter um preço fixo, em reais, por litro de combustível, em vez de ser cobrado como uma porcentagem sobre o preço final do produto. A cobrança do imposto também passa a ser na origem, ou seja, na refinaria ou na importação do combustível, e não mais em toda a cadeia de distribuição.

A votação da proposta foi adiada três vezes por falta de consenso entre os senadores. Só hoje, na quarta tentativa, foi aprovada. A alta do preço do barril de petróleo registrada nos últimos dias em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia, reforçaram a urgência na aprovação das medidas que visam frear o aumento dos preços dos combustíveis.

PRAZO



De acordo com projeto, os estados e o Distrito Federal terão até o fim deste ano para mudarem a cobrança do ICMS de combustíveis para um valor em reais por litro. Até lá, será cobrado o ICMS sobre o diesel e o biodiesel com base na média de preços dos últimos cinco anos e não mais do preço atual.

“A escolha desse combustível se deve a seu papel crucial na manutenção da atual cadeia logística brasileira, bem como das operações de transporte coletivo, essenciais para a vida dos brasileiros trabalhadores e trabalhadoras”, apontou o relator Jean Paul.

Jean Paul também incluiu um artigo para zerar as alíquotas de PIS-Pasep e da Cofins (tributos federais) sobre diesel, GLP, GLGN, QAV e biodiesel até 31 de dezembro de 2022. A emenda foi apresentada pela governista Soraya Thronicke (PSL-MS) e acolhida na versão final do documento.

Outra emenda aprovada desonera o PIS/Cofins sobre o querosene de aviação até o fim deste ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/03/2022

PL 1472/2021 CRIA A CONTA DE ESTABILIZAÇÃO DOS PREÇOS

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br

O outro projeto aprovado ontem pelos senadores, o Projeto de Lei 1472/2021, cria a Conta de Estabilização dos Preços dos combustíveis (CEP), o auxílio-gasolina e amplia o alcance do benefício chamado de auxílio-gás.

O objetivo, com esse fundo, é frear a alta dos preços dos combustíveis e será criada uma conta federal para financiá-lo.

A CEP vai funcionar como um colchão de emergência. O Governo Federal estabelece um valor máximo para a variação dos preços dos combustíveis derivados do petróleo, do gás de cozinha e do gás natural. Quando o preço desses produtos ultrapassar esse limite, o Governo usa o valor da CEP para bancar o excedente.

Os recursos dessa conta virão dos dividendos da Petrobras à União, as participações da União nos regimes de concessão e de partilha, o superávit financeiro de fontes de livre aplicação da União e outras receitas oriundas do setor de petróleo e gás que sejam resultado do aumento da cotação internacional. O projeto também autoriza que qualquer saldo não utilizado na conta poderá ser devolvido à União.

AUXÍLIO-GASOLINA O auxílio-gasolina só pode ser pago a partir do ano que vem por causa das eleições deste ano, em cumprimento à legislação eleitoral. Essa regra só não é válida em caso de calamidade pública, estado de emergência ou programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

A proposta do Auxílio Combustível Brasileiro (ACB) prioriza os beneficiários do programa Auxílio Brasil e tem gasto limitado a R\$ 3 bilhões.

Se implementado, o benefício será pago em parcelas mensais de R\$ 300 para motoristas autônomos do transporte individual, incluídos taxistas, motoristas de aplicativos e condutores de pequenas embarcações. Já motoristas de ciclomotor ou motos de até 125 cilindradas (motoboy) receberão R\$ 100.

Nos dois casos, o rendimento familiar mensal do beneficiário deve ser de até três salários mínimos. A efetivação do pagamento desses valores ainda carece da disponibilidade de recursos.

Em relação ao auxílio-gás, o texto aprovado amplia o número de pessoas que receberão o benefício neste ano e passa a contemplar 11 milhões de famílias, o dobro do que estava previsto originalmente no Orçamento de 2022. O custo da ampliação será de R\$ 1,9 bilhão. Para cobrir a despesa, o projeto indica como fonte de recursos os bônus de assinatura dos campos de petróleo de Sépia e Atapu, no valor de R\$ 3,4 bilhões.

O auxílio-gás contempla com R\$ 52 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro Único), com renda per capita de até um salário-mínimo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/03/2022

PETROBRAS SOBE PREÇOS DA GASOLINA, DIESEL E GÁS DE COZINHA



Reajustes para as distribuidoras são repassados às bombas para o consumidor final

Os reajustes nos combustíveis anunciados ontem pela Petrobras entram em vigor hoje. O preço médio de venda da gasolina para as distribuidoras passou de R\$ 3,25 para R\$ 3,86 por litro, um aumento de 18,8%. Para o diesel, o preço médio passou de R\$ 3,61 para R\$ 4,51 por litro, uma alta de 24,9%. Já para o GLP, o preço médio de venda do GLP da Petrobras, para as distribuidoras foi reajustado em 16,1%, e passou de R\$ 3,86 para R\$ 4,48 por kg, equivalente a R\$ 58,21 por 13kg.

Em comunicado divulgado ontem, a estatal informa que “após 57 dias sem reajustes, a partir de 11/03/2022, a Petrobras fará ajustes nos seus preços de venda de gasolina e diesel para as distribuidoras. Esse movimento da Petrobras vai no mesmo sentido de outros fornecedores de combustíveis no Brasil que já promoveram ajustes nos seus preços de venda”.

A estatal esclareceu ainda que não absorveu toda a volatilidade do preço do petróleo, mas parte dele. “Apesar da disparada dos preços do petróleo e seus derivados em todo o mundo, nas últimas semanas, como decorrência da guerra entre Rússia e Ucrânia, a Petrobras decidiu não repassar a volatilidade do mercado de imediato, realizando um monitoramento diário dos preços de petróleo”, explicou.

“Após serem observados preços em patamares consistentemente elevados, tornou-se necessário que a Petrobras promova ajustes nos seus preços de venda às distribuidoras para que o mercado brasileiro continue sendo suprido, sem riscos de desabastecimento, pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileiras: distribuidores, importadores e outros produtores, além da Petrobras”, informou ainda em nota.

REAJUSTES NOS COMBUSTÍVEIS PARA AS DISTRIBUIDORAS PREÇO/LITRO

GASOLINA
R\$ 3,25 PARA R\$ 3,86
▲ 18,8%

DIESEL R\$ 3,61 PARA R\$ 4,51
▲ 24,9%

GLP R\$ 3,86 PARA R\$ 4,48
▲ 16,1%

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 11/03/2022

FAGUNDES DIZ QUE É PRECISO AVANÇAR NA POLÍTICA DE PREÇOS



O custo do petróleo não depende só do Brasil. Apesar do país ser hoje quase autossuficiente na produção de petróleo, não o refinamos aqui. Então precisamos exportar e importar, o que nos traz um pouco mais de custo nessa logística toda”.

WELLINGTON FAGUNDES senador

O senador Wellington Fagundes (Liberal), presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi), votou favorável aos projetos que visam barrar a alta do preço dos combustíveis. Em entrevista ao Be News, Fagundes disse que ainda é preciso avançar em relação à política de preços que rege estes produtos.

“O custo do petróleo não depende só do Brasil. Apesar do país ser hoje quase autossuficiente na produção de petróleo, não o refinamos aqui. Então precisamos exportar e importar o que nos traz um pouco mais de custo nessa logística toda”.

Ele ressalta que os projeto aprovados nesta quinta- -feira não têm impacto imediato, até mesmo pela alta de preços anunciadas hoje pela Petrobras, e que preocupa a Frenlogi.

Para o senador, a expectativa é que o presidente Jair Bolsonaro sancione o texto em uma semana.

“O presidente vai tomar a decisão de acordo com o momento que estamos vivendo”, acredita Wellington Fagundes.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 11/03/2022

ESPECIAL - INTEGRAÇÃO DOS PORTOS COM A COMUNIDADE GARANTE DESENVOLVIMENTO, DIZ PRESIDENTE DE PORTUGAL

Em entrevista exclusiva ao BE News, Marcelo Rebelo de Sousa analisa a expansão do sistema portuário português e fala sobre a proximidade com o Brasil

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br Enviado especial a Lisboa



Parte da comitiva do **Brasil Export** se reuniu com o presidente português no **Palácio Nacional de Belém**



A ampliação da infraestrutura de terminais e seus acessos, a aquisição de novos e modernos equipamentos para a movimentação de cargas e inovações tecnológicas são fatores tradicionalmente associados com o desenvolvimento dos portos no mercado global. Mas, para o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, há mais um princípio a ser considerado, que garante o impulso necessário para o crescimento desses complexos marítimos. Trata-se de sua integração com empresários, universidades e as populações locais.

“A integração com as comunidades, com as universidades, com os empresários, garante o desenvolvimento dos portos de Portugal. Você tem essa proximidade que leva o porto a crescer ainda mais e, importante, ele cresce junto com sua região”, afirmou o chefe de Estado na tarde de ontem, ao receber lideranças empresariais brasileiras que participam da missão internacional do Brasil Export em Portugal.

Segundo o presidente, essa “parceria” dos portos com as empresas que nele atuam e com centros de ensino, mesmo que em caráter informal, auxilia os complexos marítimos a acompanhar as Em entrevista exclusiva ao BE News, Marcelo Rebelo de Sousa analisa a expansão do sistema portuário português e fala sobre a proximidade com o Brasil mudanças no mercado, seus novos desafios e as oportunidades que surgem. “É um dinamismo bem interessante e que ajuda a todos”, destacou.

Essa “integração” já havia sido percebida pela comitiva brasileira em suas visitas técnicas aos cinco principais portos de Portugal, iniciadas na segunda-feira e concluídas ontem. Nesse período, o grupo, formado por cerca de 50 profissionais, entre autoridades federais e lideranças empresariais brasileiras, esteve em Aveiro, Leixões, Setúbal, Lisboa e Sines - este último, o atual líder em movimentação de cargas e importância comercial. Essa missão internacional foi promovida pelo Brasil Export, fórum permanente dos setores de transporte e logística do Brasil e consolidado como o maior hub de debates sobre essas áreas no País.

Nas visitas aos complexos, a comitiva teve contato com as “comunidades portuárias”, denominação dada às associações de empresas que atuam em cada um desses portos. E nos cinco casos, ficou claro como essas entidades estavam integradas aos esforços de desenvolvimento do setor.

Outro aspecto citado pelo presidente Marcelo e que também havia sido percebido pelo grupo brasileiro foi a parceria com universidades. Em Aveiro, por exemplo, a administração portuária reservou um dos andares do prédio do terminal de cruzeiros marítimos, para a instalação de salas de pesquisa e laboratórios de cursos universitários que desenvolvem projetos com o setor, como Biologia Marinha e Engenharia. E durante as visitas técnicas, várias administrações portuárias citaram programas científicos realizados com os centros de ensino.

O encontro com Marcelo Rebelo de Sousa, ocorrido em uma das salas de reunião do Palácio Nacional de Belém, a residência oficial e o local de trabalho do presidente da República, durou cerca de 30 minutos. Mas foi o suficiente para o chefe de Estado conversar sobre o crescimento do setor portuário do país, a comunidade brasileira em solo lusitano e a proximidade que defende entre o Brasil e Portugal.

Marcelo destacou que os portos portugueses têm adotado medidas para melhorar sua eficiência e ampliar a capacidade operacional, citando os planos de novas instalações ou ampliação de terminais de complexos como os de Lisboa e Sines. “Estamos crescendo para expandir nossa capacidade operacional. E assim, desenvolver nossa economia”, afirmou.

O presidente ainda destacou sua relação com o Brasil e a comunidade brasileira em Portugal, que já reúne cerca de 300 mil pessoas. “É a nossa maior comunidade (de imigrantes). E não poderia ser diferente, afinal os brasileiros, aqui, estão em casa. Muitos já conseguiram sua cidadania”. O chefe de Estado ainda comentou sobre a mudança no perfil desse grupo. “Reparo que, cada vez

mais, recebemos profissionais qualificados, pessoas do setor de TI (Tecnologia da Informação), advogados e engenheiros”.

Marcelo, que está na presidência há seis anos, tendo sido reeleito em janeiro do ano passado, também falou sobre a proximidade que deve existir entre seu país e o Brasil. Ele citou o papel que os portos portugueses podem desempenhar, como portas de entrada das cargas brasileiras na Europa, e a importância de se fomentar a parceria comercial entre as duas nações.

De sua parte, essa proximidade está garantida, especialmente neste ano, quando Marcelo Rebelo de Sousa já tem vários convites para ir ao Brasil, inclusive ao Nordeste. “Hoje em dia, Brasil e Portugal estão mais próximos do que nunca. Este oceano que nos separa já não significa muita coisa”.

“A integração com as comunidades, com as universidades, com os empresários, garante o desenvolvimento dos portos de Portugal. Você tem essa proximidade que leva o porto a crescer ainda mais e, importante, ele cresce junto com sua região”

MARCELO REBELO DE SOUSA
presidente de Portugal

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/03/2022

ESPECIAL - SINES PREPARA EXPANSÃO DE SUAS INSTALAÇÕES DE CONTÊINERES

Com fácil acesso às grandes cidades de Lisboa e Madrid, o complexo é considerado um propício hub portuário para a Península Ibérica

Por **BRUNO MERLIN** brunomerlin@forumbrasilexport.com.br Enviado especial a Lisboa



“Temos muito espaço em terra para expansão das atividades de todas as cargas”, disse José Luis Cacho, presidente da Administração dos Portos de Sines e do Algarve

Quinto e último porto visitado pela missão internacional do Brasil Export em Portugal, Sines impressionou os participantes pela organização, pelo planejamento e pelo potencial de expansão. Disposto de águas profundas e com privilegiada localização no sudoeste do território português, com fácil acesso às grandes cidades de Lisboa e Madrid, o complexo é considerado um propício hub portuário

para a Península Ibérica. Em 2021, mesmo em cenário de pandemia de Covid-19, registrou o melhor desempenho anual no total de toneladas movimentadas (46,554 milhões) e de TEUs (1,824 milhão).

Sines conta com operações em terminais de graneis líquidos, petroquímicos, multiuso (graneis sólidos e carga geral), de gás natural liquefeito e contêineres. E está justamente na atividade de contêineres o maior potencial de expansão do porto. São duas grandes frentes de trabalho nesse sentido. O Terminal XXI, administrado pela PSA International - maior operador portuário do mundo – será ampliado e dobrará de capacidade. E um novo terminal de contêineres será desenvolvido, possibilitando a Sines receber os navios de última geração e ampliar a capacidade operacional anual para até 7 milhões de TEUs. Ele levará o nome do famoso navegador Vasco da Gama, que nasceu na cidade em 1469.

O comércio entre Sines e o mercado brasileiro ainda é tímido, tendo representado 9% do total da movimentação do complexo português no ano passado. José Luis Cacho, presidente da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, explicou que os principais objetivos de sua



gestão, de acordo com o plano estratégico traçado até 2030, é aumentar a captação de carga de toda a região ibérica, expandir em até 40% o volume operado em sua zona de atividades logísticas e ampliar a satisfação dos stakeholders, em especial no que tange à conectividade interna e à redução de custos. "Temos muito espaço em terra para expansão das atividades de todas as cargas", ressaltou.

Uma das grandes vantagens competitivas de Sines, observou Cacho, é a Zona Industrial e Logística (ZILS) instalada na área de jurisdição da administração portuária, agregando valor às operações. A ZILS abriga algumas das maiores empresas portuguesas e estrangeiras instaladas no complexo, possibilitando a execução de atividades como embalagem, armazenagem, produção, distribuição e serviços pós-venda. No total, são 268 hectares exclusivamente dedicados a atividades industriais e logísticas.

Isabel Caldeira Cardoso, vice-presidente da Aicep Global Parques – empresa que faz a gestão do empreendimento -, disse trabalhar para atrair cargas do Brasil, em especial cereais, desenvolvendo assim as operações de granéis sólidos em Sines. "Queremos convencê-los de que Sines é a entrada ideal dessa produção para a Europa". A ZILS está integrada à rede transeuropeia de transportes e é servida por um aeroporto dedicado ao transporte de cargas. Outras apostas de Isabel para a zona industrial e logística são a agilidade alfandegária e, por consequência, a conquista de parte do mercado espanhol.

Em 2021, mesmo em cenário de pandemia de Covid-19, registrou o melhor desempenho anual no total de toneladas movimentadas (46,554 milhões) e de TEUs (1,824 milhão)

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/03/2022

ECOSSISTEMA DE AGENTES PORTUÁRIOS

Ao longo dos cinco dias de ampla programação da missão promovida pelo Brasil Export em território português, despertou atenção a existência de comunidades portuárias formais, que reúnem representantes da iniciativa privada, do poder público, de centros de estudos, startups e demais agentes que participam e influenciam esse ecossistema. O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra) e presidente do Conselho Brasil Tech, Angelino Caputo e Oliveira, elogiou as iniciativas de trabalho em conjunto detectadas no país europeu.

“Quando falamos em implantar o Port Community System (PCS), que é o que estamos planejando em Santos, essa é uma forma de fazer a integração dos stakeholders em um único sistema. O primeiro passo para isso é convidá-los para 'sentar e conversar'. Em Portugal, eles já estão organizados e formalizados. Falta, ainda, o sistema eletrônico de integração, mas o setor aqui está mais avançado”. Segundo ele, as visitas técnicas realizadas pela missão foram muito estimulantes, no sentido de estudar a implantação de comunidades portuárias formais nos portos brasileiros.

A opinião é compartilhada por João Eduardo Amaral, diretor-geral e de Operação da Voz dos Oceanos e presidente do Conselho ESG do Brasil Export. “Vimos aqui que existe uma construção entre agentes públicos e iniciativa privada numa convergência de interesse de valores para o bem comum, que é o desenvolvimento dos portos. Esse ecossistema chamou muita atenção e está muito mais maduro do que no Brasil”. Amaral destacou outras referências positivas encontradas nos trabalhos implantados nos complexos portugueses, como a descarbonização das operações, a instalação de plantas solares e toda uma política voltada para boas práticas de preservação do meio ambiente e redução na emissão de poluentes.

Quando falamos em implantar o Port Community System (PCS), que é o que estamos planejando em Santos, essa é uma forma de fazer a integração dos stakeholders em um único sistema”

ANGELINO CAPUTO E OLIVEIRA

diretor-executivo da Abtra

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/03/2022

ESPECIAL - MINISTÉRIO DE PORTUGAL, SINES E ANTAQ FIRMAM PARCERIA PARA TROCA DE INFORMAÇÕES



A Antaq, a Administração dos Portos de Sines e do Algarve e o Ministério das Infraestruturas de Portugal assinaram um protocolo de intenções voltado à troca de informações operacionais e estudos em conjunto

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a Administração dos Portos de Sines e do Algarve e o Ministério das Infraestruturas de Portugal assinaram na tarde de ontem, durante a atividade final da missão internacional promovida pelo Brasil Export, um protocolo de intenções voltado para a troca de informações operacionais e o desenvolvimento de estudos em conjunto.

O superintendente da Antaq, José Renato Fialho, disse que a agência planeja mudanças metodológicas e estruturais

O superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade da Antaq, José Renato Fialho, explicou que este é o primeiro passo para aprofundar o entendimento sobre as trocas comerciais entre portos das duas nações, com o objetivo de expandir a parceria aos demais complexos de países de idioma português. "Vimos, durante as visitas, uma expertise muito grande (dos portos de Portugal) em informações operacionais. Ao longo dos últimos anos, a Antaq firmou inúmeros acordos e protocolos, com diversos países, mas por incrível que pareça nunca estreitamos essa relação com Portugal". Fialho disse que ele e toda a equipe da Antaq estão muito "empolgados" com o acordo.



Ministro das Infraestruturas de Portugal, Pedro Santos

O ministro português das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, celebrou o encontro e a oportunidade de fazer com que as lideranças brasileiras olhem para Portugal como porta de entrada para a Europa e o Norte do continente africano. "Dependemos uns dos outros neste planeta fortemente interligado. São oportunidades imensas que queremos promover e intensificar. É preciso união para dar destaque ao Atlântico e puxá-lo de volta para a cena internacional".

Os ajustes legislativos e a publicação de marcos regulatórios - como o das ferrovias - voltados ao setor de infraestrutura foram ressaltados pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT), presidente da Frente Parlamentar de Logística (Frenlogi). Ele elogiou o trabalho de intercâmbio e de relacionamento desenvolvido ao longo das atividades organizadas pelo Brasil Export nos últimos quatro dias, enfatizando a necessidade de atração de capital externo para investimentos em território brasileiro. "O Brasil é uma potência em desenvolvimento, com agronegócio em expan



Senador Wellington Fagundes

são e muitas oportunidades no setor de infraestrutura”, avaliou.

Fagundes agradeceu a presença do embaixador do Brasil em Portugal, Raimundo Carreiro Silva, na solenidade de assinatura do protocolo de intenções. Recém-empossado no cargo, o diplomata, assim como o senador, trilhou longa trajetória no Poder Legislativo. Após exercer variadas funções, Carreiro Silva atuou, de março de 2007 até janeiro deste ano, como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

FUTURO



Ocupando posição estratégica na Antaq para divulgação do desempenho das operações portuárias no Brasil, o superintendente José Renato Fialho disse que a agência planeja mudanças metodológicas e estruturais. O Painel Estatístico Aquaviário é uma ferramenta muito relevante para todos os stakeholders do setor, lembrou o dirigente, e por isso deve sempre passar por aprimoramento.

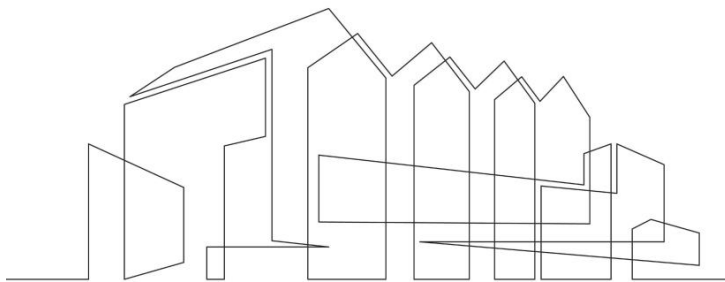
Um projeto piloto está sendo desenvolvido junto ao Porto do Rio de Janeiro para que os arrendatários passem diretamente os dados à Antaq. Hoje, essa tarefa é exercida pelas autoridades portuárias. “Com isso, poderemos cortar etapas e agilizar ainda mais a publicação e a divulgação das estatísticas”. Outra

possibilidade de mudança reside na troca da plataforma utilizada para inserção das informações. No entanto, novidades a respeito, informou Fialho, só devem “estar na mesa” no início de 2023.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/03/2022

OPINIÃO – GESTÃO - A MODERNA RELAÇÃO PORTO-CIDADE



ESTE NOVO DESIGN SOCIAL TEM DUPLO OBJETIVO. PRIMEIRO, MITIGAR OS IMPACTOS DA ATIVIDADE PORTUÁRIA NAS CIDADES, PRINCIPALMENTE EM RELAÇÃO AOS CONFLITOS NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, PROBLEMAS ENVOLVENDO TRANSPORTE E LOGÍSTICA NA

INTERAÇÃO ENTRE PORTO E CIDADE, IMPACTOS AMBIENTAIS, CONFLITOS NO MERCADO DE TRABALHO E ASSIMETRIAS INFORMACIONAIS

Olá, amigos! A conversa de hoje será sobre a relação porto-cidade. Já devem estar se acostumando com a minha forma de escrever, sempre começarei pelo bom e prático conceito do tema em debate. No portfólio da moderna gestão portuária é impossível não tratar do tema relação porto-cidade. Então, vamos compreender um pouco mais. Podemos definir a relação porto-cidade como um fluxo e processo de interação de vínculos funcionais e espaciais entre as instalações portuárias e as cidades. Estes vínculos envolvem atividades industriais, comerciais, de transporte e a relação espacial entre os dois grupos (Ornelas, 2008). A relação porto-cidade também está relacionada com a governança, não com a governança regulatória de responsabilidade maior do Governo Federal, mas principalmente pela Nova Governança (tema do meu artigo publicado no BE News, em 18 de fevereiro).

A moderna relação porto-cidade envolve um processo ativo de gestão dos stakeholders, então primeiro dever de casa da liderança portuária. Você já fez um processo institucional de mapeamento dos stakeholders?



Então, vamos avançar e definir o que é esta moderna relação porto-cidade. É um processo de design social cooperativo e colaborativo entre agentes das unidades portuárias e representantes dos stakeholders. Este novo design social tem duplo objetivo. Primeiro, mitigar os impactos da atividade portuária nas cidades, principalmente em relação aos conflitos na ocupação do espaço urbano, problemas envolvendo transporte e logística na interação entre porto e cidade, impactos ambientais, conflitos no mercado de trabalho e assimetrias informacionais. Segundo, potencializar os impactos positivos da atividade portuária nas cidades, principalmente em relação ao mercado de trabalho, desenvolvimento regional, desenvolvimento tecnológico, inovação, investimento estrangeiro direto, criação e expansão de cadeias produtivas e impactos sociais nas comunidades.

Para sair do conceitual e entender melhor a prática desta nova relação porto-cidade, vou apresentar alguns exemplos. Estes exemplos não visam apresentar um modelo definitivo de interação porto-cidade, não é fruto de uma pesquisa científica, é apenas um olhar de um pesquisador e apaixonado pelo setor portuário. Vamos a eles.

O Porto do Itaqui criou um Grupo de Trabalho de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da EMAP. Este grupo de trabalho possui representantes da EMAP, das principais instituições de ensino e pesquisa do estado do Maranhão. Este grupo tem auxiliado a EMAP no relacionamento com a academia e ajudou principalmente na criação da Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, sendo a primeira do Brasil nesta temática. Ainda sobre o Porto do Itaqui, cabe ressaltar o Programa Porto do Futuro, que vai destinar R\$ 40 milhões em projetos de pesquisa e inovação em quatro anos.

Para os amantes das corridas de rua, tentem imaginar, que tal uma corrida de rua dentro de um terminal portuário? Pois é, já foi feito pelo Terminal da VALE em São Luís.

O Porto do Açú lançou um programa chamado Juventude Empreendedora com o apoio do SEBRAE e da CIEDS. O programa tem por objetivo desenvolver empreendedores locais com apoio, formação e networking.

A Grão-Pará Multimodal firmou um acordo com a comunidade quilombola de Alcântara, para, entre outros benefícios, criar uma Fundação que terá direito a uma parcela do lucro do futuro Terminal Portuário de Alcântara que será destinado exclusivamente para a comunidade quilombola. Não existe nada parecido no Brasil.

Se você pensa que exemplo de relação porto-cidade é organizar visita técnica, sinto muito, está muito atrasado.

Esta moderna relação porto-cidade tem como diretriz a fixação local dos valores agregados dos fluxos globais, como defende Vasconcelos e Monié (2012). Torna-se imperativo que os espaços retroportuários e os working waterfronts alimentem-se das competências materiais e imateriais das cadeias produtivas internacionais. O desafio está posto para os líderes portuários.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/03/2022

VITRINE - SURPRESAS NO ALÉM TEJO

ELCK FOGAGNOLI elck@portalbenews.com.br

Uma vinícola construída sob a paisagem rural, com instalações totalmente subterrâneas e sustentáveis – ela já capta toda a água que consome e produz 50% da energia que utiliza, devendo chegar a 100% em breve. Essa é a Herdade do Freixo, no Além Tejo, em Portugal, e que oferece a seus visitantes tanto um belo experimento de respeito ao meio ambiente, como uma experiência sensorial singular, devido à beleza de seus ambientes “escondidos” sob suas vinhas e à qualidade de seus vinhos.

Em na última quarta-feira, a Herdade foi o local para o coquetel oferecido pela diretoria do Banco Atlântico Europa às autoridades e lideranças empresariais brasileiras participantes da missão internacional do Brasil Export, realizada este ano em Portugal. Entre belos vinhos e saborosos queijos, uma lição de sustentabilidade e arquitetura.

O diretor-geral e de Operações da Voz dos Oceanos e presidente do Conselho de ESG do Brasil Export, João Eduardo Amaral, e o senador Wellington Fagundes (PL-MT) estavam entre os integrantes da comitiva do Brasil Export recebidos por Sofia Rodrigues e Victor Barosa, ambos do Banco Atlântico Europa, na Herdade do Freixo



← sócio-diretor da Gallotti Advogados, Benjamin Gallotti, e a diretora-presidente do Porto de Cabedelo (PB), Gilmara Temóteo, conheceram as premiadas instalações da vinícola

Após a visita aos andares subterrâneos da herdade e a reunião com os executivos do Atlântico Europa, a vice-presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), Rose Fassina, e o consultor portuário e presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos, pararam para uma foto. →



← O consultor financeiro e especialista em Mercado de Capitais Marcelo Sobreira e o diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo, que também preside o Conselho Brasil Tech Export, conversavam sobre os avanços tecnológicos dos portos de Portugal.



O diretor-executivo do Movimento Pró-Logístico e presidente do Conselho do Centro-Oeste Exdport, Edeon Vaz Ferreira, e o diretor da Merco Shipping e presidente do Conselho do Nordeste Export, Aluísio Sobreira, brindam ao sucesso da missão internacional. →

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/03/2022



**O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP
RICARDO OSORIO TROTTI É O NOVO DIRETOR DE OPERAÇÕES DA BTP**



Ricardo Osorio Trotti – Foto: BTP

Santos, 10 de março de 2022 – A Brasil Terminal Portuário (BTP) anuncia a contratação de Ricardo Osorio Trotti como novo diretor de Operações da Empresa. Com vasta experiência no setor portuário, tanto no Brasil como no exterior, o executivo acumula passagens em cargos de liderança por importantes companhias do setor.

Formado em Administração e Comércio pela Universidade Estácio de Sá, Ricardo Trotti também conta com diversas especializações na área portuária. O novo diretor possui mais de 30 anos de experiência em companhias de navegação como Aliança, SeaLand e Maersk, e em terminais portuários internacionais como APM Terminals Tangier, no Marrocos, e APM Terminals Aqaba, na Jordânia, além de ter ocupado posições de destaque na área operacional e comercial em terminais nacionais como APM Terminals Itajaí e Porto Itapoá.

Reportando-se ao CEO, Ricardo Arten, o novo diretor chega com a missão de intensificar os esforços no processo de melhoria contínua da área operacional da Empresa. “Com todo o seu conhecimento e larga experiência no setor portuário, a vinda de Ricardo Trotti ao time BTP impulsionará os processos operacionais, elevando nosso patamar de eficiência. Sua chegada está totalmente alinhada aos objetivos de crescimento para o longo prazo do terminal, incluindo os desafios para a contínua melhoria dos índices e conquista de performances operacionais cada vez mais sólidas”, explica o CEO, Ricardo Arten.

Ricardo Trotti ressalta a satisfação em se juntar ao time BTP. “Assumo este novo desafio com entusiasmo e com o compromisso de dar continuidade aos excelentes resultados do maior terminal de contêineres da América do Sul. Para atingirmos patamares cada vez mais elevados de excelência operacional, devemos focar nos investimentos em tecnologia, intensificando nossos esforços para aprimorar os processos operacionais e, conseqüentemente, garantir a satisfação geral de todos os nossos clientes”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 11/03/2022

SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS AFIRMA QUE BRASIL BUSCA ALTERNATIVA PARA POSSÍVEL FALTA DE FERTILIZANTES NO PAÍS

Informação: Santaportal (11 de março de 2022)



Assista aqui →
<https://youtu.be/LxdzbbSV-cs>

A guerra entre Rússia e Ucrânia preocupa todo o mundo, sobretudo, na questões de interesse econômico e exportações de matérias primas. Diante disso, o Brasil busca alternativas para a possível falta de fertilizantes no país, que em sua maioria, é fornecido pelo país liderado por Vladimir Putin. De acordo com o secretário Nacional de Portos, Diogo Piloni, o Ministério da

Agricultura vem discutindo a possibilidade de outras fontes para abastecimento de fertilizantes.



Piloni participou do programa Porto & Negócios desta quinta-feira (10), e debateu sobre o tema. A Rússia é um importante exportador desses produtos. Em 2021, 62% do total importado pela indústria brasileira da Rússia foram adubos ou fertilizantes químicos (no equivalente a US\$ 3,5 bilhões). O Brasil, assim como outros países, debate a escassez do produto, causada pela guerra no Leste Europeu.

Segundo o secretário, é preciso montar um plano para lidar com problemas de origem, já que a região onde há o conflito, é grande produtora desse insumo. “Nós temos buscado outras alternativas, e quem tem capitaneado isso é o Ministério da Agricultura. A ministra Tereza [Cristina Correa da Costa Dias] tem rodado o mundo e discutido muito a possibilidade de outras fontes para o fertilizante para que a gente possa usar esse insumo tão importante para a produção brasileira”, afirma.

Para ele, é necessário que haja uma boa infraestrutura e esquema de logística, como ocorre no Porto de Santos, para que em um momento de crise, o país esteja preparado para priorizar as cargas mais importantes. Além disso, conforme explicou, é discutida também pautas para melhoria de eficiência na utilização do insumo, em caso de redução de chegada da carga. Isso é feito para dar vazão ao agronegócio, que é tão importante para a economia do país. Ele pontua ainda os efeitos econômicos que o conflito gera para o mundo, e o setor portuário.

“São gerais, independentemente das cadeias que são consumidas ou produzidas nos países em conflito, nós temos um efeito que é geral para todos os países. Eventualmente redução de consumo, redução da atividade econômica, e isso tem efeito também, e o Porto sente”, diz..

BR do Mar e Desestatização

Durante a participação, Piloni falou sobre a BR do Mar, projeto de lei aprovado em dezembro de 2021, que busca estimular a navegação entre os portos nacionais (cabotagem), e aumentar a frota de embarcações. Um dos objetivos é reduzir a dependência no Brasil do transporte de cargas através de rodovias, e estimular a concorrência no setor de transporte de cargas marítimas, aumentando as possibilidades de aluguel de embarcações de outros países.

“É um marco que busca flexibilizar as modalidades de afretamento de embarcações. O que isso quer dizer? Essa espécie de aluguel de embarcações é uma forma que a gente tem de trazer um risco menor para a entrada de um novo player, por exemplo, em um negócio de prestação de serviço de cabotagem”, afirma.

Segundo ele, duas regulamentações infralegais são debatidas atualmente. “Nós temos uma portaria do Ministério [da Infraestrutura] para editar o que diz respeito ao credenciamento de empresas ao BR do Mar, porque não é automático, é de adesão das empresas. As empresas vão fazer a adesão para se beneficiar das flexibilizações de regras”, explica.

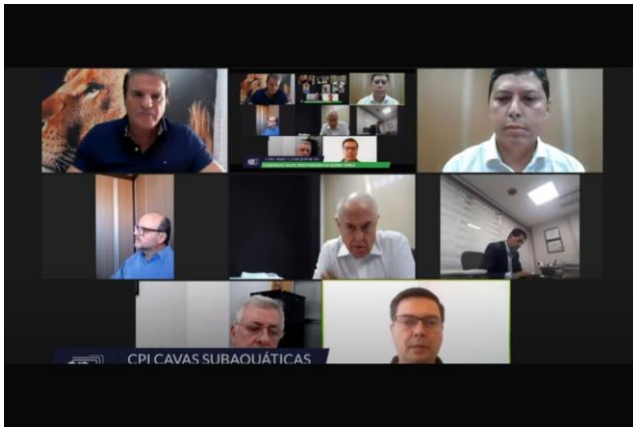
“A segunda é mais estruturante que é um decreto presidencial que vai tratar sobre a regulamentação das regras de afretamento a tempo, que precisa regulamentar. Nós estamos falando do afretamento com base em lastro de embarcação própria, para contratos de longo prazo, as modalidades da legislação estão dependendo do decreto. Nós estamos já com uma minuta de portaria e decreto já sob análise da nossa consultoria jurídica”, diz ele ao mencionar que acredita que em meados de abril o decreto seja publicado.

Sobre o processo de desestatização do cais santista, ele declara que até novembro todo o processo será finalizado. “Estamos seguindo religiosamente nosso cronograma. O Porto de Santos é o projeto mais complexo dessa carteira de desestatização de portos. O processo vai seguir com os ajustes que serão feitos pós consulta [pública], submissão do processo ao Tribunal de Contas da União, e na sequência, a publicação do edital para que a gente faça o leilão esse ano. Esse é o nosso plano”, finaliza.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 11/03/2022

CPI DAS CAVAS SUBAQUÁTICAS OUVI REPRESENTANTES DA VLI E USIMINAS SOBRE LICENCIAMENTO DE OBRA NO PORTO DE SANTOS

Informação: ALESP (11 de março de 2022)



Alessandro Pena da Gama afirmou que ações foram submetidas ao órgão ambiental que deu autorização – Foto: ALESP

Os parlamentares da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das Cavas Subaquáticas da Alesp ouviram, nesta quinta-feira (10), o representante da VLI Logística, Alessandro Pena da Gama, e o líder de projetos da Usiminas em Cubatão, Adriano Fernandes Maria, para prestar esclarecimentos sobre a instalação da cava no estuário de Santos.

O representante da VLI, Alessandro Pena, fez uma apresentação para esclarecer dúvidas dos parlamentares com informações sobre o processo de instalação, segurança e licenciamento da cava subaquática.

O deputado Maurici (PT) questionou o convidado sobre o motivo da instalação ter sido efetuada sem consultar o Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente), que é um fórum de discussão de problemas ambientais, órgão consultivo e normativo, integrante do Sistema Ambiental Paulista.

“Por que a VLI implantou uma cava totalmente diferente, seis anos depois de vencida a licença, sem apresentar à população em audiência pública e sem aprovação do Consema?”, perguntou.

Alessandro respondeu que a obra correspondia ao projeto inicial apresentado ao EIA-Rima (Estudo de Impacto Ambiental). “O que foi construído garante os mesmos objetivos do projeto conceitual que foi apresentado no EIA-Rima”, disse.

O presidente da Comissão, deputado Barros Munhoz (PSB), afirmou que ficou surpreso com a informação de que o projeto não seguiu o que foi proposto. “Eu havia entendido que o EIA-Rima foi respeitado, estou sendo surpreendido agora porque a obra feita foi diferente da aprovada”, afirmou.

Alessandro buscou atestar que a cava havia recebido o aval. “A obra que foi implantada foi a aprovada pelo órgão ambiental. Se eventuais modificações aconteceram ao longo do tempo, essas modificações foram submetidas para o órgão [EIA-Rima], comprovando a sua necessidade e, conseqüentemente, executadas apenas após a aprovação”, afirmou.

CPI DAS CAVAS SUBAQUÁTICAS NO PORTO DE SANTOS APURA POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA OBRA E DANOS AO MEIO AMBIENTE

A ÚNICA CAVA ABERTA ABAIXO DA ÁGUA, NO CANAL DA PIAÇAGUERA, ABRIGA 2,4 BILHÕES DE LITROS DE SEDIMENTOS TÓXICOS	OUTRAS DUAS CAVAS ESTÃO PROJETADAS NA REGIÃO, MAS NÃO HÁ PREVISÃO DE ABERTURA	OBRA PROPICIOU AUMENTO DA PROFUNDIDADE DO PORTO, QUE PASSOU A RECEBER NAVIOS MAIORES
---	---	--

CPI

- Iniciou os trabalhos em 29/09
- Os parlamentares têm um prazo de 180 dias para concluir a CPI*

PRESIDENTE Barros Munhoz	INTEGRANTES
VICE-PRESIDENTE Ricardo Madalena	Tenente Coimbra
RELATOR Cezar	Maurici
	Delegado Olim
	Professor Walter Vicioni
	Alex de Madureira
	Estevam Galvão

* Tendo em vista que o prazo inicial de 120 dias foi prorrogado pelos parlamentares

O presidente da CPI respondeu que a comissão vai consultar a Cetesb sobre essa autorização.

Disputa

Sobre a possibilidade de vínculos entre o consultor portuário Antônio Bernardo, que já foi ouvido pela CPI, e o representante da VLI, Barros perguntou ao especialista se Bernardo havia, anteriormente, realizado um pedido de indenização por eventuais perdas que a cava teria provocado à Ilha das Cobras, localizada no fundo do porto de Santos. O consultor



representava os interesses mobiliários do economista Sergio Amaral Santos, proprietário da Ilha das Cobras, que pretendia vendê-la, antes da construção da obra.

Alessandro respondeu que a limpeza do canal de Piaçaguera viabiliza qualquer projeto de operação de porto dentro do canal. “Não só a possibilidade de navegação, mas também o local de instalação não conflita com possíveis traçadas de berço naquele local e, conseqüentemente, não existe qualquer dano do projeto à possíveis empreendimentos portuários”.

Ele afirmou ainda que Bernardo tinha ciência disso. “Essas informações foram repassadas ao Antônio Bernardo nas primeiras interações e nas outras, já não houve nenhum tipo de acusação nesse sentido, uma vez que discordamos de qualquer interferência do nosso projeto com outros, não só na Ilha das Cobras como dentro do canal de Piaçaguera”, afirmou.

O representante da VLI disse que Antonio Bernardo apresentou o projeto T-Green ainda no estágio mais conceitual, e que ele acusou que a cava prejudicaria a proposta dele, ao que a empresa não haveria conflito, pois um dos motivos se dava pelo fato de que a cava foi instalada em um local de baixa profundidade e alta sedimentação, uma área abrigada.

Barros pediu esclarecimentos sobre a situação entre as duas empresas. “Foi afirmado primeiro pela Ilha das Cobras que o projeto T-Green teria sido prejudicado e que precisaria haver uma indenização. Como isso não aconteceu, foi proposta a venda da ilha por 150 milhões de dólares e na segunda oferta, 100 milhões de dólares na segunda, foi isso?”, disse.

Alessandro respondeu que as duas propostas, de indenização e de venda, foram recusadas porque o Tiplam (Terminal Integrador Portuário Luiz Antônio Mesquita) estava em fase de expansão e que não havia interesse por parte da VLI para adquirir novas áreas dentro do porto de Santos.

Outro ponto apresentado pelo convidado e questionado pelos parlamentares foi a sinalização no entorno da casa. Ele atestou que no entorno da cava existiam boias de sinalização para indicar aos navios as delimitações do tráfego para manter a segurança.

O deputado Ricardo Madalena (PL) contradisse as palavras do convidado e afirmou que não haviam boias no local quando a CPI realizou a visita técnica em novembro do ano passado. “Nós estivemos perto da cava e vimos que não tinha demarcação nenhuma feita por boias”, disse.

Alessandro afirmou que no presente momento as ferramentas não são mais necessárias e que a utilização havia se limitado apenas no processo de instalação do empreendimento. “A demarcação ao qual me referi na apresentação foi durante a execução da cava, no qual precisava de demarcação clara para que não houvesse nenhum tipo de intercorrência no momento da disposição de sedimentos. Hoje, não existe a necessidade de uma sinalização específica para a cava”, contou.

Já o deputado Cezar (PSDB) questionou sobre a segurança do local de instalação da cava.

O especialista confirmou a segurança. “A avaliação que foi feita ao longo de todo o canal, é que o local onde foi instalada a cava, é o local de menor influência de fatores externos, por tanto o local mais seguro”, disse.

Ao final da oitiva, o representante da VLI se comprometeu em encaminhar todos os documentos que os parlamentares julgarem necessários para esclarecer qualquer dúvida remanescente.

Oitiva

Também se apresentou o representante da Usiminas, Adriano Fernandes, empresa responsável pela implantação da cava subaquática, que atuou em conjunto com a VLI. Fernandes exibiu uma linha do tempo do processo de instalação da obra, desde a autorização até a efetiva execução.

“Esse projeto já nasceu com o princípio de promover uma dragagem ambiental, com foco principalmente nas questões do canal de Piaçaguera, tanto que, na época de divulgação dos trabalhos e estudos, o serviço ficou conhecido como a primeira dragagem com controle ambiental do Brasil”, disse.

Adriano explicou aos parlamentares que havia contaminação no canal de Piaçaguera não apenas ao longo, mas também em profundidade. “A dragagem foi realizada respeitando a necessidade do canal. Não teve uma profundidade objetivada, foi uma consequência dessa limpeza”. “Todos os programas ambientais foram cumpridos à risca, assim como levantamentos de campo e relatórios comprobatórios foram realizados, por isso a Cetesb [Companhia Ambiental do Estado de São Paulo] deu a licença”, disse.

Os resultados ambientais obtidos a partir da obra também foram atestados pelo especialista que afirmou que todos atendiam aos programas exigidos pela Cetesb nos licenciamentos.

Ele citou ainda que o monitoramento que vem sendo realizado da qualidade das águas superficiais, indicava a ausência de alteração, durante e também após a dragagem. Outro ponto atestado foi a boa qualidade do pescado para o consumo humano, fato que foi refutado anteriormente por técnicos e especialistas ambientais ouvidos pela CPI.

Fernandes argumentou que os efeitos são mais que satisfatórios. “Nos monitoramentos que foram realizados com dados de campo, foram encontrados fatores de segurança que chegam a 12,11 em alguns pontos da cava, ou seja, mais que 8 vezes maior que o valor mínimo necessário, que é 1,5”. “A estrutura da cava é extremamente robusta, pois o menor valor resultante tem 140% de capacidade acima do necessário. Os resultados confirmam a qualidade do projeto”, disse.

Os dois convidados foram os últimos a serem ouvidos pelo colegiado, que na próxima quarta-feira (16) encerrará o ciclo de trabalhos da CPI.



Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 11/03/2022

PORTOS DO PARANÁ MARCA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ÁREA DE ARRENDAMENTO DE GRANÉIS SÓLIDOS

Informação: Portos do Paraná (11 de março de 2022)

O Porto de Paranaguá definiu a data para a primeira audiência pública do ano, sessão que integra o processo para o futuro leilão de arrendamento da área PAR09. O evento, virtual, será no próximo dia 24, com início marcado para as 14h, sendo 18h o horário limite para encerramento.

“A audiência pública é um instrumento que, além de garantir transparência e ampla divulgação do projeto, ajuda a fomentar ainda mais o debate e esclarecer eventuais dúvidas sobre o arrendamento da área”, diz o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

O terminal tem 24 mil metros quadrados, está localizado a oeste do porto organizado e se destina à movimentação e armazenagem de Granéis Sólidos Vegetais.

O aviso para a audiência já está publicado em diários oficiais do Estado e da União. As regras para a participação e outras informações oficiais estão disponíveis AQUI.

A PAR09 é uma área classificada como brownfield (já construída). Segundo a Comissão de Licitação de Áreas Portuárias da Portos do Paraná, as contribuições e sugestões que vierem desse período de consulta (desde 21 de fevereiro até 06 de abril) e na audiência públicas serão analisadas e vão aprimorar o projeto.

Após o encerramento do processo, e análises das contribuições pela Autoridade Portuária, o documento será remetido ao Tribunal de Contas da União. Todo o trâmite segue com transparência e ampla divulgação.

O certame deve ocorrer no segundo semestre deste ano, com investimentos totais esperados (Capex) de cerca de R\$ 492,6 milhões. Os estudos completos estão disponíveis neste endereço.

Saiba como participar, no dia da audiência:

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022-APPA - PAR 09

24 DE MARÇO DE 2022 - INÍCIO 14 HORAS

Como será?



Toda a sessão será virtual e transmitida AO VIVO no canal do Youtube:

Quem quiser se manifestar na audiência, deverá se inscrever pelo WhatsApp.

(41) 99189-7720

APPA LICITACAO

O período de inscrição será das 07h às 11h do dia 24 de março de 2022.

Não serão aceitas inscrições feitas fora do prazo.

No ato de inscrição, o interessado deverá indicar a modalidade de manifestação: vídeo, áudio, texto, ou participação pelo "ZOOM".

Atenção! Os vídeos e áudios não podem ultrapassar 10 (dez) minutos!

Em caso de problemas de conexão no "ZOOM", uma segunda tentativa de conexão será realizada ao final das contribuições. E não esqueça: você também pode encaminhar sua contribuição pelo WhatsApp.

Caso opte por se manifestar durante a reunião criada no aplicativo "ZOOM", no ato de inscrição, o interessado deverá se manifestar nesse sentido e encaminhar seu endereço eletrônico (e-mail) de login no "ZOOM" para ser convidado a entrar.

Independente da modalidade de participação, TODAS as contribuições devem ser formalizadas por meio do link disponibilizado no site da APPA, <http://www.portosparana.gov.br/licitacoes/licitacoes/licitacoes0904>

(41) 99189-7720

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 11/03/2022

PORTUGAL – MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS DEFENDE QUE ATLÂNTICO TEM QUE VOLTAR A SER CENTRO DA GLOBALIZAÇÃO

Informação: Dinheiro Vivo (11 de março de 2022)



Pedro Nuno Santos, ministro das Infraestruturas © Estela Silva/Lusa

O ministro das Infraestruturas defendeu hoje, em Lisboa, que o oceano Atlântico tem que voltar a ser o centro da globalização, destacando o papel de Portugal e do Brasil neste processo.

“Temos que conseguir que o centro da globalização volte ao Atlântico”, afirmou Pedro Nuno Santos, que falava na assinatura do protocolo entre a



Associação de Portos de Portugal (APP) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários do Brasil (ANTAQ), em Lisboa.

Para o governante, o Brasil, como uma das maiores economias do mundo, e Portugal, “que se fez no mar”, têm uma grande “responsabilidade e capacidade de dinamizar”.

Durante a sua intervenção na cerimónia, o ministro defendeu que Portugal tem na aviação, particularmente em Lisboa, um ‘hub’ na distribuição de passageiros do Atlântico, sobretudo, do Brasil.

Agora, o objetivo passa por conseguir que, por exemplo, o porto de Sines também possa ser o ‘hub’ de distribuição na Península Ibérica, Norte de África e Atlântico.

“Queremos que isto também seja importante para o Brasil, que possam olhar para os nossos portos como uma porta de entrada para aquilo que têm a oferecer ao mundo”, sublinhou.

Pedro Nuno Santos ressaltou que ainda há muito a fazer na relação entre Portugal e o Brasil, o que considerou “estranho”, tendo em conta que, “há décadas e décadas, que é dito que é preciso impulsionar esta relação”.

Presente na mesma sessão, o representante do Ministério das Infraestruturas do Brasil, Marcelo Sampaio, destacou a ligação entre os dois países, notando que um “potencial de parceria e avanço” em matéria de infraestruturas com o Estado português.

Marcelo Sampaio disse ainda que a Janela Única Logística “é uma grande lição”, acrescentando que pode ser estudada a possibilidade de Portugal e do Brasil criarem um sistema único neste âmbito.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 11/03/2022*

PAÍSES ÁRABES PODEM AUMENTAR OFERTA DE FERTILIZANTES PARA O BRASIL

Informação: Revista Cultivar (11 de março de 2022)

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, reuniu-se com representantes de países árabes para debater a possibilidade de aumentar a exportação de fertilizantes para o Brasil. Segundo a ministra, com a redução das exportações de Rússia e Bielorrússia, o Brasil precisa trabalhar em uma “diplomacia dos insumos”.

Juntos, os países árabes fornecem 26% dos fertilizantes importados pelo Brasil, segundo a Câmara de Comércio Árabe Brasileira. Entre os principais fornecedores do bloco estão Marrocos, Catar, Arábia Saudita, Egito, Omã e Argélia.

A ministra disse que o Mapa vai conversar com empresas e cooperativas do setor agrícola sobre o interesse em aumentar a compra desses produtos dos países árabes. “É muito importante mostrar o potencial dos países árabes para esse suprimento, para que as empresas brasileiras conheçam esse potencial. Vivemos um momento importante de crise mas também de oportunidades para os dois lados”, ressaltou Tereza Cristina, em audiência com embaixadores árabes e representantes da Câmara.

O Brasil importa mais de 85% dos fertilizantes utilizados na agricultura e no caso do potássio são 95% do seu consumo. O governo também trabalha na logística para a importação de fertilizantes. “Já identificamos muitos gargalos nos portos brasileiros e estamos estudando como resolver no curto prazo”, informou a ministra.

O presidente da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, Osmar Chohfi, disse que a entidade também irá trabalhar para aproximar ainda mais as empresas árabes de produtores brasileiros. “Os países árabes são fornecedores importantes de diferentes tipos de fertilizantes para o agronegócio brasileiro, e o Brasil é muito importante para os países árabes em matéria de segurança alimentar”, ressaltou.

O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Bastos, ressaltou a importância de o Brasil diversificar as origens de suas importações de fertilizantes. “Estamos em um momento em que o Brasil precisa aumentar o volume de importação para se preparar para a próxima safra”, disse.

Em conjunto os países árabes são o principal exportador mundial de fertilizantes, seguidos por Rússia, China, Canadá e Estados Unidos. O Brasil é o principal destino das exportações árabes de fertilizantes, seguido principalmente por Índia, Estados Unidos, Tailândia, Turquia e Argentina.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 11/03/2022



NAVAL PORTO ESTALEIRO

PORTO DO PECÉM REALIZA OBRAS DE INFRAESTRUTURA E AMPLIA PÁTIO DE ARMAZENAGEM DE CARGAS PARA SEREM EXPORTADAS

Por Ruth Rodrigues



O Porto do Pecém desenvolveu um novo projeto de infraestrutura e irá realizar obras de ampliação para expandir um pátio de armazenagem de cargas, visando novas operações futuras no local

Durante essa última terça-feira, (08/03), os representantes do Porto do Pecém comentaram sobre o novo projeto de infraestrutura que será realizado no complexo durante os próximos meses. As obras servirão para a ampliação do

pátio de armazenagem de cargas que o porto possui, como forma de garantir melhores condições de operações com granéis sólidos e líquidos, com foco na exportação dessas cargas após a finalização do projeto.

Pátio de armazenagem de carga do Porto de Pecém receberá obras de ampliação após projeto voltado para melhorias na infraestrutura do local nos próximos meses

O setor portuário brasileiro vem crescendo cada vez mais durante os últimos anos, com uma expressividade em relação aos portos internacionais, e os planos dos complexos nacionais incluem um crescimento ainda maior nos próximos anos. Assim, o Porto do Pecém, um dos maiores do Brasil em relação à movimentação de carga, anunciou o seu mais novo projeto voltado para melhorias na infraestrutura do complexo, com foco na exportação de cargas.

Dessa forma, a administração local irá realizar obras de ampliação dentro do pátio de armazenagem de cargas e, com isso, o espaço vai aumentar de 38 para 45 hectares, um crescimento de aproximadamente 20% no tamanho do local onde fica armazenada boa parte das cargas movimentadas no terminal cearense. Essa é uma ótima jogada voltada para a infraestrutura do local e para garantir melhores condições nas operações de movimentação de

cargas futuras, principalmente focada na exportação de granéis sólidos e líquidos provindos da região.

O projeto de infraestrutura conta com a participação de 95 operários, entre empregados diretos e indiretos, que estão trabalhando na obra de ampliação do pátio de armazenagem a todo o vapor, para a finalização acontecer até o meio do ano de 2022 e as operações comecem a acontecer após isso. O início do segundo semestre de cada ano marca a iniciação da exportação das safras de frutas secas e, com isso, o Porto do Pecém pretende aproveitar esse momento para a finalização das obras, iniciando de imediato as operações de exportação desses produtos.

Administração do Porto do Pecém comemora obras de ampliação do pátio de armazenagem de carga e destacam os investimentos na infraestrutura do local

Entre os serviços que serão realizados nas obras do local, estão: a implementação de um sistema elétrico de iluminação do pátio, com instalação de postes, torres e luminárias tipo LED; a instalação e manutenção da rede de combate a incêndio, com instalação de hidrantes de coluna para cobrir toda a área do pátio; instalação de rede estruturada de fibra ótica para implantação do sistema de CFTV; a implementação de uma rede de informações para atendimento da área de TI; a execução da sinalização rodoviária horizontal e vertical e a construção de uma guarita ferroviária para controle do fechamento e abertura do portão ferroviário.

Assim, Fábio Abreu, diretor de engenharia do Complexo do Pecém, comentou sobre o projeto de infraestrutura e destacou que “O crescimento expressivo, registrado nos últimos anos, da movimentação de cargas no nosso terminal portuário explica diretamente a ampliação do pátio. Somente no ano passado, foram movimentadas mais de 22 milhões de toneladas. Por isso, para que possamos ir além, já estamos trabalhando na elevação da capacidade de armazenagem do Porto do Pecém”.

Com a finalização dessas obras, o Porto do Pecém poderá expandir ainda mais as suas operações na movimentação de cargas, já que a armazenagem desses produtos irá acontecer de uma forma mais eficiente e segura no local.

Fonte: Naval Porto Estaleiro
Data: 11/03/2022



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

CONGRESSO APROVA REFORMA DO ICMS DOS COMBUSTÍVEIS E TEXTO VAI À SANÇÃO

A mudança na tributação nos estados deve ser questionada no Superior Tribunal Federal (STF)
Por Larissa Fafá - 11 de março de 2022 - Em Combustíveis, Congresso, Eleições 2022, Mercado de gás



Marcelo Ramos (PSD/AM) preside sessão na Câmara que aprovou reforma do ICMS (Agência Câmara)

BRASÍLIA — Em um esforço de votação na Câmara e no Senado no mesmo dia, o Congresso aprovou na noite de ontem (10/3) mudanças na cobrança do ICMS sobre combustíveis com o PLP 11/20. A proposta permite a unificação das alíquotas do tributo, possibilita que governadores apliquem o imposto monofásico e um valor fixo por volume, não mais percentual.



Após aprovação de tarde no Senado, os deputados mantiveram a versão dos senadores, mas fizeram alterações pontuais. Mesmo com obstrução à proposta da oposição, o texto foi aprovado por 414 votos a favor e apenas três contrários.

Agora, o projeto de lei complementar vai à sanção presidencial.

A mudança na tributação nos estados deve ser questionada no Superior Tribunal Federal (STF).

O relator da Câmara, deputado Jaziel (PL/CE), retirou um mecanismo de gatilho para permitir reajustes extraordinários do ICMS que tinha sido criado no Senado.

A emenda era originalmente do senador Oriovisto Guimarães (Podemos/PR) e protegia a arrecadação dos governadores em casos de variações expressivas nos preços dos combustíveis.

Combustíveis afetados pela mudança

Durante a votação dos destaques, os deputados também retiraram o QAV da lista de combustíveis dos quais seriam aplicados as novas alíquotas do imposto estadual. Dessa forma, o ICMS unificado valerá para o diesel, biodiesel, gasolina, etanol anidro e o GLP.

A inclusão do querosene de aviação foi feita no Senado a pedido da equipe econômica para evitar a guerra fiscal entre os estados em busca de atração de investimentos.

A redação final aprovada pelos congressistas é diferente do que o governo tinha inicialmente proposto — a sugestão do Executivo obrigava mudanças a todos os governadores —, mas, mesmo assim, ainda é uma vitória do Palácio do Planalto sobre os governadores.

Isso porque o governo federal poderá desonerar o PIS/Cofins sobre o diesel, biodiesel e gás de cozinha, tanto para importação quanto para operações dentro do Brasil até o final do ano, sem a necessidade de compensação financeira. Há também isenção os tributos federais para importação do QAV.

O subsídio deve custar R\$ 17,8 bilhões para a União, segundo cálculos apresentados no Congresso. Paulo Guedes citou que a cifra pode chegar a R\$ 19 bilhões.

É a aposta da equipe econômica para suavizar a volatilidade dos preços dos combustíveis e, por outro lado, tirar pressão política por uma nova medida com subvenção direta para o setor.

Em entrevista nesta quinta (10/3), o ministro Paulo Guedes disse que só será discutido um subsídio direto para o diesel caso haja escalada da guerra e dos preços do petróleo.

O que foi aprovado nesta quinta (10/3)

- Câmara e Senado aprovaram o PLP 11/2020, que promove uma reforma do ICMS, congela alíquotas nos estados e autoriza governo federal e governadores a desonerar os combustíveis. Projeto segue para sanção presidencial, mas estados falam em questionar a medida no STF.
- O Senado Federal aprovou e enviou para a Câmara o PL 1472/2021, que cria um novo vale-combustível de até R\$ 300 por mês, com R\$ 3 bilhões de orçamento e promove mudanças de longo prazo: cria diretrizes para políticas de preços e uma conta de estabilização de preços.

Estados são contra

Os chefes dos estados se mantiveram contrários à proposta até o final da tramitação. Para os governadores, as mudanças podem afetar o caixa dos estados.

Eles defendem que o melhor caminho de discussão para os tributos seria dentro da PEC da reforma tributária — que segue parada no Senado e não dá indícios de que deva andar em ano eleitoral.



Mesmo que a versão aprovada não obrigue os governadores a adotar alíquotas ad-rem, ainda assim abre caminho para que adversários políticos e o eleitorado pressionem os estados a reduzir sua arrecadação.

Pelo texto, as alíquotas do ICMS serão unificadas, mas ficará a cargo dos governadores a escolha pela a aplicação do tributo de forma monofásica na cadeia supridora e ad-rem.

As mudanças só serão aplicadas após aprovação do Confaz, que também deve regulamentar a criação de um órgão de compensação entre os entes federativos, previsto na nova lei.

Como forma de transição até a efetivação das novas regras, o texto aprovado estabelece o congelamento do ICMS do diesel até o final de 2022. O valor de base será uma média das alíquotas dos últimos cinco anos.

Os governadores tentaram modificar no Senado o congelamento do patamar do ICMS para usar valores de novembro de 2021 para todos os combustíveis, mas não conseguiram ter apoio sequer do relator do texto na casa, senador Jean Paul Prates (PT/RN).

Segundo Prates, a emenda é pior para os próprios estados porque restringe a possibilidade de aumento na receita com outros combustíveis além do diesel.

Novas regras devem ser questionadas no STF

Os governadores já prometem questionar o texto recém-aprovado pelo Congresso no Supremo Tribunal Federal. Para o coordenador do Fórum Nacional dos Governadores, Wellington Dias (PT/PI), a matéria aprovada é inconstitucional por interferir na autonomia dos estados.

“Vamos ao STF evitar prejuízo para o nosso povo. Não vamos aceitar tirar dinheiro do povo, pois dinheiro público é do nosso povo, para mandar para a jogatina da especiação e lucros como dos R\$ 103 bilhões da Petrobras distribuído para aplicadores, do povo pobre para bolso dos mais ricos”, disse.

As mudanças na cobrança do ICMS sobre os combustíveis devem ter impacto de até R\$ 16 bilhões nas contas dos estados, segundo cálculos da equipe econômica.

Dias voltou a defender que o principal problema nos aumentos dos preços nos postos de combustíveis está na precificação da Petrobras.

“Já está provado que o aumento dos combustíveis não parou de novembro para cá mesmo com o ICMS congelado, por decisão dos Governadores e Confaz. Então nada vai mudar. Hoje mesmo mais um mega aumento da gasolina e óleo diesel e com ICMS igual a novembro. Por que o aumento? Não foi o ICMS. E sim a indexação ao preço internacional”, completou.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 11/03/2022

CONGRESSO APROVA DESONERAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS

Reforma do ICMS sobre combustíveis unifica as alíquotas, com aplicação monofásica e ad-rem; Senado também aprova conta de estabilização

Por epbr - 11 de março de 2022 - Em Combustíveis, Comece seu Dia, Congresso, Política energética

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

O programa epbr entrevista recebeu Marcel Jorand, diretor-executivo da Urca Energia e CEO da Gás Verde, para uma conversa sobre os mercados de biogás, biometano e CO2 verde no país. Assista



Sessão do Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a reforma do ICMS dos combustíveis. Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados aprovaram nessa quinta (10/3) o PLP 11/20, que unifica as alíquotas do ICMS sobre os combustíveis e permite a aplicação do imposto monofásico e um valor fixo por volume, não mais percentual.

— O texto vai à sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL), mas os estados devem ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a nova legislação. Os governadores temem perda de arrecadação.

— O governo federal também poderá desonerar o PIS/Cofins sobre o diesel, biodiesel e gás de cozinha, tanto para importação quanto para operações dentro do Brasil até o final do ano, sem a necessidade de compensação

— Os deputados retiraram o QAV da lista de combustíveis sobre os quais seriam aplicados as novas alíquotas do imposto estadual. Dessa forma, o ICMS unificado valerá para diesel, biodiesel, gasolina, etanol anidro e GLP.

— O Senado ainda aprovou o PL 1472/21, que cria a conta de estabilização dos preços dos combustíveis e cria diretrizes para uma política nacional de preços. E com apoio do governo Bolsonaro, que está de olhos nas eleições, os senadores também incluíram no texto o novo vale para a gasolina, de até R\$ 300.

— Após a aprovação do PL 1472/21, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que apenas se a crise provocada pela guerra na Europa se intensificar o governo começará a “pensar em subsídio” para o diesel. Mas a epbr apurou que a inclusão do vale-combustível no projeto partiu do próprio governo federal, após reuniões com o relator, Jean Paul Prates (PT/RN) e outros senadores.

Petrobras reajusta combustíveis e renova ataque ao PPI E no mesmo dia em que o Congresso se movimentava pelos combustíveis, a Petrobras anunciou novo reajuste em suas refinarias. A alta acontece após 57 dias do último reajuste para gasolina e diesel e 152 dias, para o gás de cozinha.

— O reajuste recebeu uma série de críticas nas redes sociais de governadores – que foram atacados por Jair Bolsonaro por causa do ICMS – e de candidatos à Presidência. O principal alvo foi a política de Preço de Paridade de Importação (PPI).

— Coordenador do Fórum Nacional dos Governadores, Wellington Dias (PT), do Piauí, disse que “não é o ICMS que causa os reajustes de gasolina e óleo diesel, é a Petrobras e a indexação sem sentido com o preço internacional. O país perdeu o controle, tirando dinheiro dos mais pobres e enchendo o bolso dos mais ricos”.

— O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), disse no Twitter que o reajuste “mostra a necessidade de mudar a política de paridade internacional que protege os acionistas, mas está prejudicando a população”.

— O pré-candidato do PDT à presidência, Ciro Gomes, chamou atenção também para o bônus de cerca de R\$ 13 milhões que será pago à diretoria da Petrobras este ano: “Entende, agora, por que



os diretores da Petrobras e os acionistas querem continuar cobrando combustíveis em dólar? Para aumentar os lucros dos acionistas e deles próprios”.

— Luiz Inácio Lula da Silva, pré-candidato do PT, declarou que a venda da BR Distribuidora pela Petrobras é outro fator para a escalada dos preços. “Agora você tem mais de 400 empresas importando gasolina dos Estados Unidos a preço de dólar, quando nós temos autossuficiência e produzimos petróleo em reais.

– Sérgio Moro, pré-candidato do Podemos, manteve seus ataques a Lula: “sabe por que a Petrobras ainda existe, Lula? Porque a Lava Jato impediu que o governo do PT continuasse saqueando e desviando recursos da maior estatal do Brasil”.

Nova queda do petróleo Os preços do petróleo cederam novamente nessa quinta (10/3), depois que o presidente russo, Vladimir Putin, garantiu que a Rússia mantém suas entregas, apesar das sanções ocidentais.

— O barril de Brent para entrega em maio caiu 1,62%, para US\$ 109,33, e o WTI para abril, 2,46%, a US\$ 106,02. AFP

Acordo nuclear com Irã As negociações pela retomada do acordo nuclear com o Irã foram paralisadas. Chegar a novos termos com o país do Oriente Médio, hoje sob embargo, é uma das saídas para mercados ocidentais aumentarem a oferta de óleo, em meio às sanções à Rússia por causa da invasão da Ucrânia.

— “É necessária uma pausa, devido a fatores externos. Um texto final está essencialmente pronto e em cima da mesa. Como coordenador, continuarei, com minha equipe, em contato com todos os participantes do JCPOA e os EUA para superar a situação atual e para fechar o acordo”, anunciou o Alto Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança, Josep Borrell Fontelles na manhã desta sexta (10).

– Neste contexto, os EUA tentam convencer a Arábia Saudita a elevar a produção e abriram conversas com a Venezuela.

Marcelo Mesquita de Siqueira Filho foi indicado para o Conselho de Administração da Petrobras como representante de acionistas preferencialistas. A eleição será em 13 de abril. Siqueira Filho é conselheiro independente da Petrobras eleito pelos acionistas minoritários desde 2016.

– Esta semana, a União indicou Rodolfo Landim para comandar o Conselho de Administração da empresa. Vai substituir o almirante Eduardo Bacelar Leal Ferreira, que está no comando do CA da empresa desde o começo do governo Bolsonaro.

Brasil chega a 14 GW solares O Brasil atingiu a marca de 14 GW de capacidade instalada de energia solar fotovoltaica, informou a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). A marca foi atingida no início deste mês. Estadão

BNDES financia geração solar para consumidores na região Norte O BNDES adquiriu 95% dos R\$ 60 milhões em debêntures “verdes” emitidas pela Amazônia Solar Companhia Securitizadora de Créditos Financeiro. A emissão viabilizará a parceria com a fintech Solfácil, que financia a instalação de sistemas de microgeração solar fotovoltaica. É a primeira vez que o banco atua neste formato.

— Serão financiados 1.600 projetos, em até 150 meses, para a instalação de sistemas solares fotovoltaicos em residências e empresas da região Norte. O custo médio é de R\$ 37 mil e será 100% financiado. Ao todo, serão cerca de 12 MWp de capacidade instalada, equivalente ao consumo de quase 7 mil famílias.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 11/03/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

PRESSIONADO PELA GUERRA, GOVERNO LANÇA PLANO DE FERTILIZANTES

Ministra da Agricultura afirmou que projeto trata e 'problema estrutural' e não foi feito para reagir a crise atual

Por Daniel Gullino e Gabriel Shinohara



O presidente Jair Bolsonaro e ministros assinam o Plano Nacional de Fertilizantes em cerimônia no Palácio do Planalto Foto: José Cruz/Agência Brasil

BRASÍLIA — Em meio à guerra entre Rússia e Ucrânia, que colocou em destaque a dependência do Brasil de fertilizantes estrangeiros, o governo federal lançou nesta sexta-feira um plano nacional para o setor em uma cerimônia no Palácio do Planalto, que contou com presença do presidente Jair Bolsonaro e de diversos ministros. O projeto estava sendo elaborado há um ano e estabelece metas para serem atingidas até 2050.

Como o GLOBO mostrou, o plano prevê o aumento de 25% da produção de fertilizantes orgânicos até 2025, como alternativa aos importados, além da criação de incentivos fiscais e outras medidas para estimular o ingresso de fábricas para o Brasil e a exploração de novas jazidas minerais.

Durante o evento, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou que o plano não foi desenvolvido para reagir à guerra, mas sim para tratar de um problema "estrutural".

— Não estamos reagindo a uma crise. Estamos tratando de um problema estrutural, de longo prazo, que me preocupa desde que o senhor me indicou para o Ministério da Agricultura — discursou.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou em tom irônico que governos anteriores teriam criado uma empresa estatal para cuidar dessa questão, que teria "bras" no momento. Bolsonaro "tranquilizou" Guedes sobre isso:

— Paulo Guedes, pode ficar tranquilo que não criaremos a "Aubras".

Depois da cerimônia, em entrevista coletiva, Tereza Cristina afirmou que, apesar dos problemas de importação, a safra de inverno já foi plantada e o governo acompanha a chegada dos insumos necessários para a safra do verão.

— O Brasil tem, sim, primeiro, um estoque de passagem. Nós temos hoje a safra de inverno plantada, ela já aconteceu, não precisa mais dos fertilizantes. Mas nós temos a safra de verão que nós ainda precisamos, sim, acompanhar de perto.

Na entrevista, Paulo Guedes afirmou que o governo federal poderia zerar os impostos que incidem sobre fertilizantes se a guerra "se agudizar".

— De qualquer forma, a modulação, se a guerra acaba amanhã e o mundo normalize, programação de longo prazo. Se a guerra se agudiza e nós importamos 90%, tem que zerar o imposto já para gente continuar pelo menos conseguindo comprar em algum lugar. Essa modulação da resposta é um acompanhamento que estamos fazendo nesse conselho criado por esse plano agora.

Entretanto o diretor de Programas do Ministério da Agricultura, Luis Eduardo Pacifici Rangel, disse, também na coletiva, que os impostos federais já são zerados e que é cobrado apenas o ICMS.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 11/03/2022

DISTRIBUIDORAS CORREM PARA REFORÇAR ESTOQUES DE DIESEL E EVITAR DESABASTECIMENTO

Empresas passaram a limitar compra de produtos com base na média dos últimos três meses
Por Bruno Rosa



Distribuidoras de combustíveis veem corrida para fazer estoque de diesel Foto: Reuters

RIO - Preocupadas com a escalada dos preços do petróleo no mercado internacional, empresas revendedoras de gasolina e diesel iniciaram uma verdadeira corrida para reforçar estoques. Com isso, as principais distribuidoras de combustíveis do país decidiram analisar todos os pedidos de compra — sobretudo de diesel — temendo um desabastecimento

pontual no Brasil.

Na última quarta-feira, o grupo Ipiranga disse que os pedidos para o mesmo são submetidos a uma análise antes da liberação. Segundo fontes, a mesma prática vem ocorrendo na Vibra (ex-BR), a maior empresa do setor e que foi privatizada ano passado após a Petrobras se desfazer de todas as suas ações, e Shell.

A análise das empresas, segundo fontes do setor, é que, mesmo com o reajuste da Petrobras, o cenário de preocupação continua. Para esses executivos, as empresas revendedoras estão fazendo “de tudo” para reforçar seus estoques de forma a ter acesso a um combustível mais barato, já que há uma tendência de alta nos preços.

O movimento foi acentuado há dez dias com o início da guerra da Ucrânia, que fez o preço do petróleo passar de US\$ 130 no ponto máximo.

Desde o início de janeiro de 2021, o preço da gasolina nas refinarias já subiu 110%, quando passou de R\$ 1,83 para R\$ 3,86. No caso do diesel, o avanço chega a 123% — a alta foi R\$ 2,02 para R\$ 4,51 por litro.

Análise vai continuar

A intenção de fazer a análise dos pedidos é “evitar que falte combustível para o atendimento de setores prioritários”, informou o executivo de uma das empresas. Por isso, as distribuidoras não estão atendendo a pedidos acima da média dos últimos meses.

O executivo de uma empresa do setor lembrou que as distribuidoras passaram a replicar aos revendedores a mesma tática da Petrobras, que não está vendendo combustível acima da média trimestral.

Para essas companhias, a análise prévia dos pedidos vai continuar nas próximas semanas. Segundo a fonte de uma das empresas, "na crise tem que ter cuidado com o abastecimento". A preocupação é que o boicote ao petróleo e ao gás da Rússia aumente a concorrência pelos derivados, pressionando ainda mais os preços a curto prazo.

Segundo especialistas, a Petrobras responde por 80% do abastecimento. Entre os 20% restantes, metade é feito pelas grandes companhias e a outra, por mais de cem pequenas e médias distribuidoras.

Segundo outro executivo, pequenas distribuidoras podem ter problemas para atender o mercado em razão da oscilação de preços. Segundo as empresas, a Petrobras não chegou a interromper fornecimento de combustível, mas há custos logísticos maiores, já que a estatal oferece o produto em locais distantes para atender às maiores demandas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/03/2022

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GUEDES DIZ QUE IDEIA DO GOVERNO É ACABAR COM IPI A MÉDIO PRAZO

Ministro também destacou a aprovação pelo Congresso dos projetos que trazem redução de impostos sobre combustíveis

Por Eduardo Gayer e Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta sexta-feira, 11, que o Brasil deve, no médio prazo, acabar com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) como forma de "aprofundar a cadeia produtiva".

"Estamos fazendo é exatamente melhorar o ambiente de negócios, reduzir os impostos. A médio prazo, é acabar com o IPI para permitir esse aprofundamento da cadeia produtiva brasileira", declarou em coletiva de imprensa após o lançamento do Plano Nacional de Fertilizantes, no Palácio do Planalto. Segundo o ministro, a ideia é reduzir impostos que desindustrializaram o Brasil.



Paulo Guedes; ministro voltou a apostar em uma queda da inflação em 2023. Foto: Clauber Cleber Caetano/PR

O governo já fez um movimento nesse sentido no dia 25 de fevereiro, quando decretou a redução de 25% no IPI para a maior parte dos produtos, incluindo armas e bebidas. A única exceção foram os cigarros, que pagam tributo de 300%.

Durante solenidade no Palácio do Planalto nesta manhã, Guedes também destacou a aprovação pelo Congresso Nacional dos projetos que trazem redução de impostos sobre combustíveis. Segundo ele, as medidas permitirão ao Brasil absorver os "primeiros choques" da guerra da Rússia contra a Ucrânia.

"Com projetos de combustíveis, amenizamos o primeiro choque. É uma guerra, sofreremos impacto. O Brasil vai crescer. O mundo inteiro vai sofrer, mas já estamos reagindo", afirmou.

O Senado e a Câmara aprovaram na noite desta quinta-feira, 10, o projeto que altera a cobrança do ICMS sobre os combustíveis. Pela proposta, que deve ser sancionada pelo presidente Jair

Bolsonaro, o ICMS, principal fonte de arrecadação dos Estados, deverá ser cobrado sobre o litro do combustível e não mais sobre o preço final do produto. Além disso, o modelo de cobrança deverá ser monofásico, em apenas uma etapa da comercialização, e não em toda a cadeia até o posto de gasolina.

Outro projeto aprovado na quinta, mas só pelo Senado, cria uma conta de estabilização dos preços dos combustíveis no País, incluindo um auxílio para motoristas de baixa renda e a ampliação do vale-gás pago a famílias carentes. O texto ainda terá que passar pelo crivo dos deputados. A cúpula da Câmara, no entanto, já sinalizou que a matéria não entrará na pauta por enquanto.

Inflação

O ministro da Economia voltou a apostar em uma queda da inflação em 2023. "A inflação vai subir de novo ano que vem? Não, vai descer, porque agimos primeiro, antes dos outros países", disse Guedes durante a entrevista coletiva no Planalto.

"Inflação é política monetária e fiscal. O fiscal está zerado. A monetária está no lugar, então deve cair (a inflação). O que acontece é que, quando vem outro choque desse tipo, fertilizantes, petróleo, é mudança de preços relativos. Preço dos fertilizantes sobe, preço do petróleo sobe um pouco, mas outros preços não sobem, até caem. E a inflação desce. É isso que a gente espera", disse Guedes.

De acordo com o ministro, a desaceleração dos preços vai ocorrer porque houve elevação da taxa de juros e redução de impostos. "Zeramos o déficit, subimos os juros, desaceleramos o crescimento esse ano e esperamos que a inflação caia", afirmou.

O IBGE divulgou nesta sexta o IPCA, índice oficial de inflação no País, do mês de fevereiro, que teve alta de 1,01%, quase o dobro da taxa de 0,54% registrada em janeiro. O resultado foi o mais elevado para meses de fevereiro desde 2015. A inflação acumulada em 12 meses subiu a 10,54%, ante uma meta de 3,5% perseguida pelo Banco Central este ano.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/03/2022

PARTIDOS VÃO AO SUPREMO CONTRA GOVERNO POR AMPLIAR BENEFÍCIOS A USINAS DE CARVÃO ATÉ 2040

Ação contesta lei que prorroga até 2040 os subsídios para o carvão mineral para a geração de energia elétrica

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA – Três partidos deram entrada em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, contra a lei federal 14.299, que prorroga até 2040 os subsídios ao carvão mineral para a geração de energia elétrica.



Na ação contra a lei editada em janeiro, Psol, Rede e PSB afirmam que, ao garantir financiamento público ao mais poluente dos combustíveis fósseis na geração de energia, o governo distorce o conceito de "transição energética justa", ignorando a necessidade de haver abatimento de carbono na geração nacional e contribuindo para a emissão de grande volume de gases de efeito estufa.

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, em Santa Catarina; carvão é um dos combustíveis mais poluentes Foto: Miriam Zomer



Segundo as legendas, a lei beneficia o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, conjunto de usinas na cidade de Capivari de Baixo, em Santa Catarina.

A ação é apoiada pelo Observatório do Clima e pelo Observatório do Carvão Mineral, o Instituto Arayara entrou como “amicus curiae” dos partidos no STF.

“Precisamos de uma transição energética justa que considere todo conjunto da sociedade, diversas formas de geração de energia e não manter o subsídio para o carvão continuar comprometendo a nossa sustentabilidade, prejudicando a saúde da nossa população e transformando o nosso país num pária internacional”, afirma o presidente do PSB, Carlos Siqueira.

André Maimoni, assessor jurídico do Psol, diz que o setor de geração de energia não pode mais se basear em medidas ecologicamente injustificáveis, que degradam o meio ambiente e que prejudicam a saúde das populações. “Daí a necessidade de intervenção judicial do Supremo para que vede o estímulo do uso do carvão, que está sendo subvencionado com dinheiro público para gerar energia poluente”, diz.

O porta-voz da Rede Sustentabilidade, Wesley Diogenes, afirmou que a decisão de prorrogar até pelo menos 2040 a utilização do carvão e de termelétricas “institucionaliza uma política socioambiental catastrófica e é cúmplice das mudanças climáticas”.

No lugar de pensar uma estratégia de transição energética justa, disse Diogenes, que foque na capacitação de pessoas e geração de empregos por meio de fontes sustentáveis de energia, “a política adotada insiste em uma tecnologia obsoleta, que conhedidamente causa inúmeros prejuízos aos consumidores, ao meio ambiente e a saúde pública”.

A reportagem questionou o Ministério de Minas e Energia sobre o assunto. Não houve resposta até a publicação deste texto.

“Esta ação vem no sentido de estancar a torneira de subsídios para uma fonte de energia que tem trazido prejuízos para o planeta, para as pessoas, para o Estado e para a economia”, disse o diretor do Instituto Arayara, Juliano Bueno de Araújo.

Geração de energia a carvão

O complexo Jorge Lacerda, que tem oito termelétricas, torna Capivari de Baixo, um município de apenas 25 mil habitantes, o maior emissor de gases de efeito estufa por metro quadrado do Brasil.

A ação questiona ainda a comprovada ineficiência do subsídio ao carvão ao longo do tempo. De acordo com análise feita pelo Tribunal de Contas da União em 2019, o incentivo vai em sentido contrário à tendência de abandono da matriz energética fóssil, criando uma grande distorção na concorrência do setor energético, além de ter sérios problemas de transparência.

A ADI aponta que a lei ainda viola normas internacionais, como o Acordo de Paris, e o regime jurídico de proteção ao meio ambiente. A prorrogação de autorização e a garantia de contratação direta de energia elétrica gerada pelo Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, na modalidade de energia de reserva, viola também o princípio da impessoalidade, disposto na Constituição Federal.

“O Brasil, que não precisa de carvão, está dando uma sobrevida inexplicável a esse combustível, daí a impugnação da nova lei”, diz Nauê Pinheiro de Azevedo, assessor jurídico do Observatório do Clima.

Plano de R\$ 20 bilhões em 10 anos

O plano do governo Bolsonaro de renovar o atual parque de usinas térmicas de carvão mineral do País, fonte reconhecida como uma das mais poluentes da matriz elétrica, prevê a injeção de R\$ 20 bilhões nessas operações nos próximos dez anos.

A questão é saber de onde sairá o dinheiro para financiar um negócio que tem encolhido em todo o mundo devido à urgência na redução de emissões de gases de efeito estufa. O BNDES, principal banco estatal de apoio e financiamento ao setor elétrico, está fora dessa aposta, diz que só apoia energia limpa e que, até segunda ordem, não pretende colocar nenhum centavo naquele que é um dos principais programas energéticos do governo federal.

A última usina a carvão mineral financiada pelo BNDES, ou seja, com recurso público, foi em 2015. No ano seguinte, o banco resolveu vetar repasses para esse tipo de projeto. Neste ano, o posicionamento foi formalmente definido pela diretoria do banco, para apostar em projetos menos poluentes de geração de energia.

Nos últimos cinco anos, o BNDES firmou contratos de R\$ 27 bilhões em financiamentos a projetos de geração com fontes hídricas, solares, eólicas e de biomassa. Outros 12 projetos de térmicas a gás receberam R\$ 7,7 bilhões no mesmo período.

Hoje, 100% da estrutura de geração a carvão no País está limitada a sete usinas (uma no Paraná, duas no Rio Grande do Sul e quatro em Santa Catarina). Juntas, essas usinas somam uma capacidade instalada de 1.572 megawatts médios, energia suficiente para abastecer boa parte da Região Sul.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 11/03/2022

ENTENDA O QUE FOI APROVADO NO CONGRESSO PARA CONTER O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

Entre os temas discutidos estão alteração no ICMS e conta de estabilização
Por Redação, O Estado de S.Paulo

A Câmara e o Senado aprovaram na quinta-feira, 10, medidas para tentar amenizar a alta dos preços dos combustíveis ao consumidor. As votações ocorreram sob o peso dos aumentos do diesel, da gasolina e do gás de cozinha anunciados pela Petrobras. Os projetos tratam principalmente de três pontos: alteração na cobrança de impostos sobre combustíveis, conta de estabilização e subsídios. Entenda o que foi aprovado, quando entram em vigor e que impacto podem ter sobre os preços:



Funcionário tenta organizar fila de carros em posto de combustível localizado na Marginal Tietê, na zona norte de São Paulo. Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Imposto estadual

Com a aprovação da PLP 11/2020 pela Câmara, após já ter sido avaliada anteriormente pelo Senado, haveria duas mudanças no ICMS, que é a principal fonte de arrecadação dos Estados.

O tributo deverá ser cobrado sobre o litro do combustível, e não mais sobre o preço final do produto. Além disso, o modelo de cobrança deverá ser monofásico, em apenas uma etapa da comercialização, e não em toda a cadeia até o posto de gasolina.



Os Estados ainda terão de adotar uma alíquota única do ICMS para os combustíveis (hoje cada Estado é livre para definir a sua alíquota). Na média das regiões metropolitanas, elas estão hoje em 14% para o diesel e 29% para a gasolina, por exemplo.

Para passar a valer, porém, esse novo modelo depende de aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), do qual os governos estaduais fazem parte e onde as deliberações só são aprovadas por unanimidade.

Os governadores não querem abrir mão de arrecadação em ano eleitoral e prometem ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a alteração. Por isso, o projeto estabelece uma regra de transição. Enquanto os Estados não definirem o novo modelo, a cobrança do ICMS sobre o diesel será congelada até o fim deste ano com base na média de preços cobrados nos últimos cinco anos.

A proposta, defendida pela equipe econômica do governo, segue agora para sanção presidencial.

Imposto federal

O projeto PLP 11/2020 também zera a cobrança de PIS e Cofins sobre a produção ou importação de diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo até o fim de 2022 sem compensação fiscal, dispensando a regra exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A União deixará de arrecadar aproximadamente R\$ 18 bilhões com essa medida.

Essa proposta foi aprovada na Câmara e segue para sanção presidencial.

Conta de estabilização

O PL 1472/2021, aprovado pelo Senado, cria fundo destinado a amenizar a oscilação dos preços dos combustíveis. A ideia é que, se os preços sobem a ponto de ultrapassar um limite, os recursos desse fundo serão usados para impedir a alta. Quando os preços recuarem para abaixo de certo valor, o fundo se capitaliza.

Combustível

Por ser ano eleitoral, algumas medidas para conter o peso dos combustíveis no bolso do consumidor podem não valer em 2022 Foto: Daniel Teixeira/ Estadão

O sistema seria sustentado pela Conta de Estabilização de Preços de Combustíveis (CEP-Combustíveis), abastecida com receitas do setor de petróleo e gás. O projeto aprovado no Senado também determina que parte do lucro da Petrobrás vá para este fundo, embora não deixe claro como isso funcionaria.

Pelo sistema, o Executivo definirá limites mínimo e máximo para os preços dos derivados de petróleo. O texto também estipula, como diretriz para os preços internos de combustíveis, que eles tenham como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação.

O projeto ainda precisa passar pela Câmara. Para entrar em vigor, precisaria de várias regulamentações, definindo como funcionaria. E há dúvidas se poderia ser criado ainda este ano, por conta da lei eleitoral.

Auxílio-gasolina e vale-gás

Os auxílios para gasolina e gás de cozinha também estão no âmbito do projeto PL 1472/2021, avaliado apenas pelo Senado. Se sancionado, o auxílio-gasolina seria pago a motoristas de baixa renda, com renda familiar de até três salários mínimos, preferencialmente beneficiários do Auxílio Brasil.

Também iria à sanção o aumento no alcance do vale-gás, pago a famílias carentes. A mudança estende o benefício a 11 milhões de famílias, o dobro do público atendido atualmente.



Esta medida foi aprovada no Senado e avançou para a Câmara. Os dois auxílios esbarram, porém, na lei eleitoral, que proíbe a criação do benefício em ano de eleições. No Senado, a avaliação é de que a proposta é uma “pegadinha” para o governo Bolsonaro e pode, na prática, só ser adotada pelo próximo presidente. Por isso, se o entendimento do governo for de impasse da lei eleitoral, o destino do auxílio é o veto.

No Ministério da Economia, há um entendimento de que a medida não poderá ser feita neste ano, mas não está descartado que haja novas interpretações jurídicas para amparar a iniciativa./ Com informações da Agência Câmara e Agência Senado

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/03/2022

GOVERNO ESCALA 'TROPA DE CHOQUE' POR NOVO ICMS E AUXÍLIO-GASOLINA

Aumento anunciado pela Petrobras era esperado pelo governo, que pressionou estatal a não fazer repasse integral de defasagem

Por Adriana Fernandes, Eduardo Gayer e Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

Esperado por integrantes do governo, o reajuste dos combustíveis anunciado pela Petrobras ontem ajudou a explicitar a premência da aprovação do projeto de lei que desonera tributos, na avaliação de integrantes do governo. O chamado PLP 11, com mudanças no ICMS cobrado pelos Estados, ganhou o aval do Senado e agora segue para a Câmara.

Tão logo o reajuste foi anunciado, o governo reagiu com mais pressão sobre senadores pela aprovação do PLP 11. O ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, escalou assessores de sua extrema confiança para irem presencialmente ao Congresso neste dia de votação dos projetos que podem reduzir os impostos estaduais cobrados sobre a gasolina e o diesel. Até mesmo o “número dois” da pasta, o secretário executivo Jônathas Assunção, circulou nos corredores do Senado em busca de apoio à proposta.

Embora bastante alto, o repasse da Petrobras não foi total em relação à defasagem de preços no mercado internacional após 57 dias sem ajuste nos preços da gasolina e diesel e 152 dias do GLP. Esse foi um ponto defendido pelo governo nas reuniões da semana de ministros com o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna. O governo considera que, com a aprovação da redução dos impostos, parte do aumento agora poderá ser rateado entre União (PIS/Cofins), Estados (ICMS) e consumidores.

De acordo com assessores palacianos, a necessidade de que o repasse não fosse integral foi sinalizada pelo governo à Petrobras nas reuniões desta semana como forma de evitar um choque ainda maior de preços, diante da perspectiva de desoneração dos tributos e do cenário de guerra ainda muito incerto.

Pouco antes de a Petrobras anunciar o aumento de 24,9% no diesel e de 18,7% na gasolina, o próprio presidente Jair Bolsonaro (PL) alertou sobre a iminência de “problema de combustível” no País. Já antevendo o reajuste e as críticas dos consumidores, Bolsonaro saiu-se dizendo que não define a política de preços da estatal.

“Não estou dizendo se vai ou não vai, eu acho que vai aumentar. No mundo todo aumentou. Eu não defino preço na Petrobras, eu não decido nada lá. Só quando tem problema cai no meu colo”, disse ele a simpatizantes em frente ao Palácio da Alvorada. Em razão das regras rígidas de mercado, a Petrobras não pode antecipar a data e a hora do anúncio de reajustes.

Subsídios

O governo tem ciência de que o PLP 11 não resolverá todos os problemas dos combustíveis e, por isso, se a situação piorar, deve anunciar um programa de subsídios aos combustíveis.



Com impacto direto na inflação e, conseqüentemente, na popularidade do presidente em ano eleitoral, o preço dos combustíveis tomou lugar de prioridade no Planalto. Bolsonaro cobra ministros e auxiliares por uma solução rápida para o impasse e, em ano inesperado e incomum, chegou a cancelar agenda de cunho eleitoral em Duque de Caxias (RJ), marcada para ontem, para se debruçar sobre as discussões.

O auxílio-gasolina a motoristas de baixa renda – incluído em um dos projetos do Senado que cria uma conta de estabilização dos preços com recursos do Tesouro – também provocou impasses no próprio governo.

A medida beneficiaria Bolsonaro, mas pode esbarrar na legislação eleitoral, que proíbe a criação de benefícios desse tipo em ano de eleições, e ficar para 2023. No Ministério da Economia, há um entendimento claro de que a medida não poderá ser feita neste ano, mas não está descartado que haja novas interpretações jurídicas para amparar a iniciativa.

‘Pegadinha’

No Senado, a avaliação é de que a proposta é uma “pegadinha” para o governo Bolsonaro e pode na prática só ser adotada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se o petista vencer as eleições. Por isso, se o entendimento do governo for de impasse da lei eleitoral, o destino do auxílio é o veto.

Aliado de Lula, o relator do pacote, senador Jean Paul Prates (PT-RN), afirmou que o governo não poderá pagar o auxílio-gasolina neste ano. “Por isso, a gente está vendo que não é eleitoreiro, ninguém está ajudando o governo ou atrapalhando o governo. Estamos tentando ajudar as pessoas que estão sofrendo com essa alta.”

Líder do governo Bolsonaro no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), por outro lado, disse que a intenção é viabilizar o benefício imediatamente e só esperar o aval técnico. “Essa foi iniciativa do governo, do presidente, ele é o governo”, disse.

Entenda as principais medidas que avançaram no Congresso:

- **Mudança:**

O pacote aprovado pelo Senado força uma mudança na política de preços da Petrobras e na cobrança de impostos federais e estaduais sobre os combustíveis.

- **‘Colchão’:**

Um dos itens do projeto cria uma conta de estabilização dos preços, que servirá como um “colchão” para conter as oscilações do mercado internacional. Essa medida precisa ser regulamentada pelo Executivo.

- **Lucros:**

O Senado incluiu um dispositivo no projeto para forçar a estatal a usar a distribuição de lucros em 2022 para amenizar a oscilação dos preços.

- **Tributação:**

No caso dos impostos, o pacote aprovado zera a cobrança de PIS e Cofins sobre o diesel e o gás de cozinha até o fim de 2022. A União deixará de arrecadar aproximadamente R\$ 18 bilhões com essa medida, sem compensação fiscal.

- **Estados:**

No caso do imposto estadual, a mudança aprovada é mais relativa e incerta. O ICMS, principal fonte de arrecadação dos Estados, deverá ser fixado por litro sem relação com o valor cobrado pelo posto. Além disso, o modelo deverá ser monofásico, com cobrança em apenas uma etapa da comercialização, e não em toda a cadeia.



• Auxílio-gasolina:

Os subsídios aprovados no pacote também dependerão do governo federal. O auxílio-gasolina será pago a motoristas de baixa renda, com renda familiar de até três salários, preferencialmente beneficiários do Auxílio Brasil. O custo é estimado de R\$ 3 bilhões.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 11/03/2022



VALOR ECONÔMICO (SP)

SANTOS BRASIL MANTÉM PLANO DE EXPANSÃO, DIZ DIRETOR

Programa de recompra de ações anunciado nesta semana não altera estratégia; entre os alvos estão terminais em Santos e privatização do porto

Por *Taís Hirata — De São Paulo*

A Santos Brasil segue focada em seu plano de expansão e estuda participar de leilões no Porto de Santos, afirma Daniel Dorea, diretor financeiro do grupo. Neste momento, a operadora portuária analisa a concessão do terminal de grãos, o STS11, que será licitado em 30 de março – porém, ainda não há decisão final sobre a participação. Outros ativos em análise, cujos processos estão em fase menos avançada, são um terminal de contêineres em Santos (STS10), e a desestatização da Santos Port Authority (SPA).

Na noite de quarta-feira (9), a empresa anunciou um programa de recompra de ações. O executivo afirma que o movimento não muda a estratégia de crescimento. “O mercado de capitais está muito volátil. Se o desconto na ação for excessivo em relação ao que consideramos justo, queremos ter a opção de aplicar nosso caixa de forma eficiente. Mas isso não muda em nada o plano de expansão, que é prioridade.”

Ele diz que a companhia ainda possui um caixa robusto e muito espaço para contrair financiamentos, para fazer frente a possíveis novos projetos. O grupo encerrou 2021 com R\$ 1,1 bilhão em posição de caixa e aplicações financeiras – descontando a dívida total, o caixa líquido é de R\$ 671,4 milhões. A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda, terminou o ano ainda negativa, em -1,59 vezes.

A situação financeira confortável ainda é fruto da oferta subsequente de ações, realizada em setembro de 2020, na qual a empresa levantou R\$ 790 milhões, com o plano de diversificar sua operação, muito concentrada em contêineres. Desde então, o grupo conquistou três terminais de granéis líquidos no Porto de Itaquí (MA) e tem feito investimentos em seus terminais de contêineres em Santos. A companhia também chegou a estudar um grande leilão de granéis líquidos em Santos (do STS08 e STS08A), mas acabou desistindo da concorrência.

A Santos Brasil tem registrado resultados bastante positivos, o que também amplia o fôlego para novos projetos.

No quarto trimestre de 2021, a companhia teve lucro líquido de R\$ 113,8 milhões, um salto em relação aos R\$ 14,3 milhões registrados no mesmo período de 2020. A receita líquida da companhia subiu 70,2% no período, e o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) teve uma alta de 94,1%.

Para Dorea, o cenário positivo se mantém em 2022, mesmo com a pressão inflacionária. Ele afirma que os reajustes contratuais, firmados no ano passado com os clientes, trouxeram altas reais de preços, para além da inflação acumulada. “Nas negociações, conseguimos recompor os

valores em um patamar superior, por isso, não haverá corrosão dos ganhos com o aumento de custos neste ano”, afirma.

Além disso, a previsão é que os volumes continuem em alta neste ano, embora em um patamar menor do que em 2021 – ano em que a movimentação cresceu 20,6%. “Esperamos um crescimento mais tímido, de até 5%. Esses fatores, somados a um bom mix de cargas, nos levam a acreditar que teremos uma expansão das margens neste ano”, diz ele.

A Santos Brasil também planeja iniciar sua operação de combustíveis no Porto de Itaqui (MA) ainda neste ano. A expectativa é que, no segundo semestre, dois dos três terminais conquistados já comecem a gerar receita, segundo o executivo.

A empresa conquistou os ativos – seus primeiros no segmento de graneis líquidos – em um leilão do governo federal, em abril de 2021. Dos três terminais, dois já eram operacionais e, por isso, entrarão em funcionamento mais rapidamente, antes do prazo previsto. O terceiro, ainda em construção, deverá ficar pronto até o fim de 2026.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 11/03/2022

CARGILL MANTERÁ NEGÓCIOS NA RÚSSIA, MAS SUSPENDERÁ INVESTIMENTOS

Com 2,5 mil funcionários no país, multinacional americana de alimentos e agricultura está no mercado russo desde a era soviética

Por Dow Jones Newswires



— **Foto: Creative Commons**

A americana Cargill, uma das maiores empresas de alimentos e agricultura do mundo, informou hoje (11/3) que planeja manter em operação suas unidades na Rússia, em um momento em que, por causa da guerra na Ucrânia, outras empresas ocidentais, de petrolíferas a redes de fast-food, têm deixado o mercado russo.

"A comida é um direito humano básico e nunca deve ser usada como arma", disse a empresa nesta sexta-feira. "Essa região desempenha um papel significativo em nosso sistema alimentar global e é uma fonte essencial de ingredientes-chave para produtos básicos como pão, fórmula infantil e cereais".

A Cargill emprega cerca de 2,5 mil pessoas na Rússia, de acordo o site da companhia. Ela começou a fornecer grãos para a União Soviética em 1964 e abriu seu escritório em Moscou em 1991, expandindo suas operações desde então.

Na Rússia, a multinacional comercializa grãos e oleaginosas, processa aves e fornece ingredientes para alimentos e ração animal. A empresa informou que manterá suas operações, mas que reduzirá algumas de suas atividades comerciais e interromperá investimentos no país.

Outras multinacionais de grãos, como Bunge e ADM, fizeram anúncios semelhantes. A Bunge, que tem uma planta de processamento de oleaginosas na Rússia para atender o mercado interno, manteve as operações da planta, mas suspendeu qualquer novo negócio de exportação da Rússia e, de acordo com um porta-voz da companhia, cumprirá todas as sanções legais. Um porta-voz da ADM disse que a empresa está avaliando seus investimentos atuais no país.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 11/03/2022

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS E DTA ENGENHARIA ENCERRAM CONTRATO DE DRAGAGEM DO TERMINAL

Com finalização do acordo, após disputa judicial, deve ser retomado novo contrato com a Van Oord, empresa que venceu a licitação no ano passado

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



SPA e DTA chegam a acordo para rescindir contrato de dragagem no Porto de Santos, que vinha sendo alvo de disputa judicial — Foto: Divulgação

A Santos Port Authority (SPA) – Autoridade Portuária de Santos – e a DTA Engenharia chegaram a um acordo para rescindir o contrato de dragagem no Porto de Santos, que vinha sendo alvo de disputa judicial entre as empresas.

“SPA e DTA reconhecem que a partir desta data o contrato está formalmente extinto, eximindo a DTA da continuidade de sua execução e autorizando a SPA à assunção imediata do objeto contratual para dar início ao novo contrato, bem como colocando fim às discussões até então judicializadas. As partes afirmam que envidarão os seus melhores esforços visando finalizar no âmbito administrativo as questões subsistentes após a rescisão aludida”, afirmaram, em nota.

Com o fim do acordo, formalizado na quarta (9), deverá ser retomado o novo contrato com a Van Oord, empresa que venceu a licitação realizada pela autoridade portuária no ano passado. A companhia não havia iniciado o serviço porque a DTA conseguira, na Justiça, uma liminar para seguir prestando o serviço.

A SPA informou que “expediu no mesmo dia a ordem de serviço para mobilização dos equipamentos e início dos trabalhos de dragagem de manutenção do Porto de Santos em até 20 dias”. A DTA e a SPA ainda discutem os pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato encerrado.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/03/2022

SANTOS BRASIL: 'NÃO TEMOS PROBLEMA COM CONCORRÊNCIA NO PORTO DE SANTOS', DIZ DIRETOR

Sobre a possível participação de Maersk e MSC no leilão do terminal de contêineres STS10, o diretor financeiro da empresa, Daniel Dorea, afirma que o importante é que a competição seja equilibrada

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Santos Brasil diz que há interesse em relação ao leilão do STS11, de grãos, também no Porto de Santos — Foto: Ana Paula Paiva/Valor Containers

A Santos Brasil não tem problema com concorrência no Porto de Santos, mas esta precisa ser equilibrada, afirmou o diretor financeiro da empresa, Daniel Dorea, em teleconferência, ao ser questionado por um analista sobre a possível participação de Maersk e MSC no leilão do

terminal de contêineres STS10.

Ele confirma o interesse da companhia em estudar o ativo e diz que o tema da restrição à participação dos armadores tem que ser analisado com cuidado.

“A consulta pública está aberta, certamente muitas contribuições serão encaminhadas, e nós, enquanto Santos Brasil, não temos problema algum com competição. Agora, precisa ser equilibrado, o campo de jogo precisa ser nivelado. É uma discussão em nível mundial. Derivada da verticalização [das empresas de navegação], há uma preferência dada a terminais dos armadores. É uma discussão técnica, com dados factuais e paradigmas globais. Tenho certeza de que a agência reguladora e órgãos antitruste irão analisar, e o próprio governo promoverá um leilão equilibrado, com disputas balanceadas. Essa é nossa posição”, disse.

A possibilidade de os armadores concorrerem no leilão do STS10 tem gerado críticas de operadores portuários, que dizem temer uma excessiva concentração de mercado, conforme mostrou reportagem do Valor sobre o tema nesta semana. A TIL, do MSC, rebateu os questionamentos e disse que os críticos temem a competição dos grupos.

Em relação ao leilão do STS11, de grãos, também no Porto de Santos, Dorea afirma que há interesse e que o ativo está em análise, mas diz que houve pouco tempo para a avaliação.

“Acho que foi dado um prazo muito curto entre a publicação e a realização do leilão, ficou prazo curto, vai exigir força-tarefa. Mas vamos analisar. Não há decisão tomada, mas temos olhado e feito estudos”, disse.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 11/03/2022*

SANTOS BRASIL REVERTE PREJUÍZO E TEM LUCRO DE R\$ 271,7 MILHÕES EM 2021

O lucro da operadora portuária no último trimestre do ano passado somou R\$ 113,8 milhões, um salto em relação aos R\$ 14,3 milhões registrados no mesmo período de 2020

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

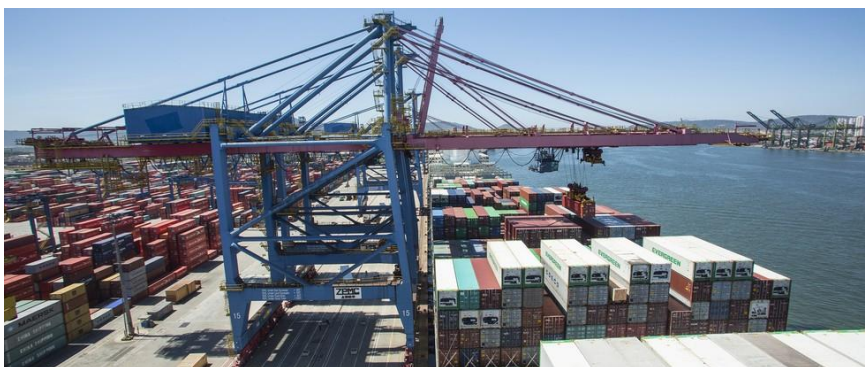


Foto: Santos Brasil / Reprodução Valor Econômico

A operadora portuária Santos Brasil registrou lucro líquido de R\$ 271,7 milhões em 2021 e reverteu o prejuízo de R\$ 13,8 milhões registrado em 2020.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia no ano somou R\$ 564 milhões, uma alta anual de 166%.

A receita do grupo chegou a R\$ 1,53 bilhão no ano, um aumento de 65% na comparação com 2020.

Quarto trimestre

Já no quarto trimestre do ano passado, a operadora portuária anotou lucro líquido de R\$ 113,8 milhões, um salto em relação aos R\$ 14,3 milhões registrados no mesmo período do ano anterior.



A receita líquida da companhia subiu 70,2% no período, chegando a R\$ 443,5 milhões. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) teve uma alta de 94,1% no trimestre, para R\$ 158,2 milhões.

Os resultados positivos refletiram os reajustes de preços realizados com os clientes, o que ampliou o ticket-médio das operações. Além disso, houve aumento na movimentação de contêineres da empresa, de 6,3% no trimestre. O Tecon Santos, principal ativo do grupo, ampliou os volumes em 7,3%.

Os custos operacionais consolidados no trimestre alcançaram R\$ 266,4 milhões, alta de 42,8%. O avanço resulta da maior movimentação de contêineres, do aumento do preço de combustíveis, lubrificantes e energia elétrica, além de um impacto não recorrente de R\$ 18,6 milhões nos custos com mão de obra, devido a despesas retroativas que estavam em discussão judicial.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/03/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

HOMOLOGADA REVISÃO TARIFÁRIA DO PORTO DE SUAPE

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 10 Março 2022



Agência reguladora autorizou receita tarifária anual projetada de R\$ 117,8 milhões, equivalente a requerimento de índice de reajuste médio de 19,87% e efeito médio tarifário de -4,09%.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) homologou o resultado do pedido de padronização tarifária conjunto ao pleito de revisão tarifária do Porto de Suape (PE). A Antaq autorizou a receita tarifária anual (RAT) projetada de R\$ 117.838.375,04 para o período de referência (data-base

de 1º de agosto de 2020) subsequente à revisão, equivalente a um requerimento de um índice de reajuste médio (IRT) de 19,87% e um efeito médio tarifário (EMT) de -4,09%.

As novas tarifas, seus limites máximos e a estrutura tarifária para o período subsequente à revisão foram publicados no Diário Oficial da União desta quinta-feira (10) e entrarão em vigor em até 90 dias após esta data, alterando-se as normas gerais de aplicação existentes. A decisão foi tomada na 515ª reunião ordinária da diretoria colegiada, realizada em janeiro.

A agência reguladora também autorizou investimentos de R\$ 137,3 milhões da autoridade portuária de Suape na expansão e modernização da infraestrutura comum do porto organizado, conforme lista e cronograma físico-financeiro que consta nos processos administrativos, a serem remunerados pelas tarifas, com execução a ser iniciada em até 12 meses e conclusão em até 36 meses, a contar do mês da homologação desta revisão tarifária.

O cronograma será acompanhado pela Superintendência de Fiscalização e Coordenação de Unidades Regionais (SFC) da Antaq. Os investimentos não executados conforme o cronograma acordado constituirão uma conta de crédito compensatória para a próxima revisão tarifária, sem prejuízo da possibilidade das demais sanções cabíveis.

A autoridade portuária deverá revisar, atualizar e consolidar os demais atos administrativos internos que estabeleçam valores e cobranças tarifárias no porto organizado, publicando a lista remodelada e compatibilizada desses atos remanescentes no documento que dará vigência e

publicidade à nova estrutura tarifária completa. A administração do porto encaminhará cópia do documento à Superintendência de Regulação (SRG) para acompanhamento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/03/2022

CADE AVALIARÁ PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ENTRE CMA GM E MAERSK

Da Redação NAVEGAÇÃO 10 Março 2022



O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) avaliará a prorrogação, por tempo indeterminado, de contrato entre a Maersk e a CMA CGM para operação de linha de contêineres entre a Costa Leste da América do Sul e o Mediterrâneo. O edital de ato de concentração, como é chamado o procedimento, foi publicado nesta quinta-feira (10) no Diário Oficial da União.

A CMA CGM, companhia global de transporte marítimo, tem sede na França. A empresa oferece mundialmente os serviços de transporte marítimo, gestão de frota de contêineres e navios, entrega de cargas, logística, cruzeiros de carga e outros serviços de transporte. A Maersk, por sua vez, é uma subsidiária com sede na Dinamarca e opera no setor de transportes e logística integrada e em serviços conexos no setor de transporte marítimo regular de contêineres.

Segundo as empresas, o objetivo do negócio é prorrogar, por tempo indeterminado, contrato que termina em março de 2022 referente à continuação da operação de linha regular para transporte internacional de contêineres entre a Costa Leste da América do Sul e o Mediterrâneo, na qual compartilham espaço para alocação de contêineres em suas respectivas embarcações.

Conforme a legislação, a análise concorrencial de atos de concentração deve ser concluída em até 240 dias. Esse prazo legal pode ser ampliado por mais 90 dias, mediante decisão fundamentada do Tribunal Administrativo do Cade, ou por 60 dias a pedido de advogados das partes.

Os atos de concentração podem ser enquadrados pelo Cade como sumários, considerados mais simples do ponto de vista concorrencial, ou ordinários, que demandam uma análise mais aprofundada. A apreciação das operações submetidas ao procedimento sumário deve ser finalizada em até 30 dias.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/03/2022

TVV AGUARDA COM ANSIEDADE VENCEDOR DO LEILÃO DA CODESA, DIZ DIRETOR

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 10 Março 2022



Arquivo/Divulgação

Ilson Hulle afirmou que transferência da gestão da autoridade portuária para setor privado pode tornar mais eficientes processos como dragagem e adensamento de novas áreas. Empresa não vê risco para seu negócio por entender que contrato do terminal, renovado recentemente, está garantido ao longo de 25 anos.

O diretor de terminais do Terminal de Vila Velha

(TVV), Ilson Hulle, disse, na última quarta-feira (9), que a empresa está otimista e enxerga potenciais ganhos a partir da concessão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), prevista para o dia 30 de março. A empresa, subsidiária da Log-In, espera que, com a transferência da gestão da autoridade portuária para o setor privado, os processos sejam mais céleres e o serviço de dragagem ocorra de forma eficiente. Ele também destacou a possibilidade de adensamento de novas áreas, o que praticamente não ocorre nas atuais condições do Porto de Vitória.

“Conhecendo o vencedor deste certame, esperamos estabelecer uma relação positiva e próspera, não só para a Log-In e o TVV, mas para o Porto de Vitória e para toda a comunidade portuária capixaba. Queremos contribuir com projetos e aguardamos com bastante ansiedade o vencedor desse processo”, disse Hulle, durante teleconferência com investidores.

Na ocasião, ele lembrou que a Codesa deverá ser a primeira autoridade portuária do Brasil a ser privatizada e disse que, por o TVV ser o principal arrendamento desse porto público, a empresa acompanhou, de perto e desde início do projeto, o assunto e eventuais impactos que possam existir no negócio do terminal.

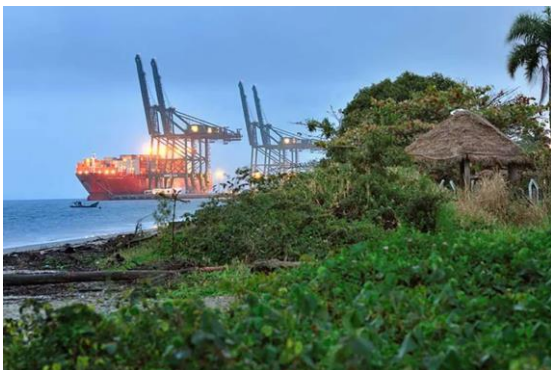
A Log-In avalia que ter estudado todos os documentos divulgados e o edital ajudaram na decisão da companhia de não participar desse processo como interessado em bidar no certame da Codesa. “Não temos interesse porque somos operadores portuários e nosso negócio não é ser autoridade portuária. Fomos consultados por alguns interessados para entender o funcionamento e as potencialidades do porto”, contou o diretor.

O TVV considera uma decisão positiva da modelagem do leilão a proteção dos atuais contratos. “Ao longo do processo, conseguimos junto ao governo federal retirar muitos itens que poderiam prejudicar nosso negócio”, comentou Hulle. Ele afirmou que a empresa não vê risco para o negócio, por entender que o contrato do TVV, renovado recentemente, está 100% garantido ao longo dos 25 anos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 11/03/2022

MAERSK E PARCEIROS PERTENDEM DISPOR DE 730 MIL TONELADAS/ANO DE METANOL VERDE ATÉ 2025

Da Redação NAVEGAÇÃO 10 Março 2022



Para aumentar a capacidade de produção global de metanol verde, a AP Moller - Maersk firma parcerias estratégicas com seis empresas líderes com a intenção de fornecer pelo menos 730 mil toneladas/ano até o final de 2025.

As seis empresas são CIMC ENRIC, European Energy, Green Technology Bank, Orsted, Proman e WasteFuel.

Com essa capacidade de produção, até o final de 2025, a Maersk alcançará muito além do metanol verde necessário para os primeiros 12 navios de contêineres atualmente encomendados.

Uma vez totalmente desenvolvidos, esses projetos de bio e e-metanol permitirão à Maersk obter metanol verde em escala em várias regiões do mundo.

O CIMC é um grande conglomerado industrial e parceiro da Maersk há mais de duas décadas. Sua divisão de energia – CIMC ENRIC – é líder mundial na fabricação de equipamentos e



serviços essenciais para soluções de engenharia e sistemas para as indústrias de energia limpa, química e de alimentos líquidos.

A CIMC ENRIC desenvolverá projetos de biometanol para a Maersk na China. O projeto da primeira fase terá capacidade de produção de 50 mil toneladas/ano de metanol verde, a partir de 2024. A segunda fase do projeto terá capacidade de produção de 200 mil toneladas/ano, ainda sem data. A matéria-prima para o biometanol serão resíduos agrícolas.

A European Energy é uma empresa global de energia renovável e desenvolvedora de projetos (eólica, solar e Power to X). Desenvolve, constrói e opera projetos de eletricidade renovável globalmente com um pipeline composto por 20 GW de capacidade de energia renovável.

Como parceira, a European Energy produzirá e-metanol para o primeiro navio alimentador verde da Maersk, que deverá estar na água até 2023. Eles também desenvolverão projetos de e-metanol na América Latina e nos Estados Unidos com capacidade para produzir até 200-300 mil toneladas anuais de e-metanol a partir de 2025/2026. A Maersk pretende vender todo o volume produzido em contratos de longo prazo.

O Green Technology Bank (GTB) foi criado em 2016 pelo governo chinês com a tarefa prioritária de cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O objetivo é fortalecer a integração de tecnologia e finanças, acelerar a transformação e industrialização das conquistas tecnológicas, impulsionar a realização das metas de desenvolvimento sustentável de 2030 e explorar um modelo de desenvolvimento verde.

O GTB facilitará o desenvolvimento de projetos de biometanol na China, juntamente com os desenvolvedores de projetos a serem identificados. O primeiro projeto tem capacidade para produzir 50 mil toneladas/ano a partir de 2024, e o segundo projeto tem capacidade para produzir 300 mil toneladas/ano em data de início a ser determinada.

A Orsted é uma empresa global de energia renovável com atividades em energia eólica onshore, energia solar fotovoltaica, power-to-X e eólica offshore, onde a empresa é líder mundial. A Orsted tem a ambição estratégica de instalar 50 gigawatts de capacidade de energia renovável até 2030. A empresa é a única empresa de energia do mundo com uma meta de emissões líquidas zero com base científica, conforme validado pela iniciativa Science Based Targets (SBTi).

A empresa pretende se tornar um líder global no power-to-X e atualmente tem um pipeline de desenvolvimento de 11 projetos em vários setores. Em parceria com a Maersk, a Orsted desenvolverá um projeto de e-metanol nos EUA que terá capacidade para produzir 300 mil toneladas/ano a partir de 2025. A Maersk pretende vender todo o volume produzido.

A Proman é uma empresa integrada de energia e a segunda maior produtora de metanol do mundo. Sediada na Suíça, com ativos nos Estados Unidos, Trinidad e Omã e expansão contínua no México e Canadá, é líder global em metanol, fertilizantes e outros produtos, como a melamina. A empresa está comprometida em desenvolver metanol e amônia sustentáveis como alternativas mais limpas aos combustíveis fósseis, oferecendo um caminho para reduzir drasticamente as emissões na geração de energia, transporte terrestre, transporte e indústria.

A empresa terá como objetivo fornecer à Maersk 100–150 mil toneladas/ano de metanol verde de sua instalação em desenvolvimento na América do Norte. O projeto será construído pela Proman com previsão de início de operação em 2025, produzindo biometanol a partir de resíduos florestais não recicláveis e resíduos sólidos urbanos.

A WasteFuel é uma start-up sediada na Califórnia que aborda a emergência climática transformando resíduos não recuperados em combustíveis sustentáveis usando tecnologias comprovadas. Estabeleceu parcerias estratégicas com empresas líderes globais e fornecedores de tecnologia para desenvolver projetos de biorrefinaria.

A WasteFuel está desenvolvendo um projeto de biometanol na América do Sul que produzirá mais de 30 mil toneladas por ano a partir de 2024. A Maersk pretende vender todo o volume produzido.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 11/03/2022

ARCELORMITTAL TUBARÃO OBTÉM CERTIFICAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE INÉDITA NAS AMÉRICAS

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 10 Março 2022



Unidade capixaba obteve o ResponsibleSteel, modelo para a produção sustentável de aço no mundo

A ArcelorMittal Tubarão é a primeira planta industrial nas Américas e fora da Europa a obter a certificação de sustentabilidade das suas operações pelos padrões da ResponsibleSteel, organização mundial referência para a produção de aço de maneira responsável. Antes de receber o reconhecimento, a unidade – maior usina do Grupo ArcelorMittal no Brasil, situada no município de Serra (ES) – passou por um

rigoroso procedimento de auditoria.

“A nossa busca é constante por um processo mais sustentável desde o fornecimento de matérias-primas até a venda das soluções para nossos clientes. Com a certificação, queremos que nossos clientes da indústria e a sociedade tenham certeza de que o nosso aço é produzido com responsabilidade em todas as suas etapas”, explica Jorge Oliveira, CEO ArcelorMittal Aços Planos América do Sul. A certificação tem validade de três anos.

Em 2019, o ResponsibleSteel criou um padrão de sustentabilidade que conta com 12 princípios ambientais, sociais e de governança. Os princípios estabelecem metas de sustentabilidade com relação à disponibilidade de recursos hídricos, saúde e segurança, demandas de stakeholders, direitos humanos e trabalhistas e redução de emissões de gases de efeito estufa.

Realizado pela consultoria independente DNV Brasil, o processo de auditoria consistiu no levantamento de informações aprofundadas sobre as práticas sustentáveis e trabalho de campo para recolher evidências com visita à planta industrial e entrevistas com stakeholders.

No ano passado, três auditores da DNV Brasil percorreram a usina para verificar a conformidade das operações e processos. Além disso, a consultoria conversou com empregados e terceirizados, fornecedores, representantes de órgãos públicos, sindicatos e moradores do entorno da ArcelorMittal Tubarão.

Lançado em 2015, o ResponsibleSteel estabelece padrões globais de desempenho em sustentabilidade e promove a certificação de empresas da cadeia do aço por meio de uma rede de organismos de certificação independentes. A iniciativa envolve mais de 40 membros e associados, compostos por companhias da cadeia do aço e organizações da sociedade civil de todo o mundo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 11/03/2022

GRUPO MSC CONSTRUIRÁ MAIOR TERMINAL DE CRUZEIROS DA AMÉRICA DO NORTE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 10 Março 2022



O novo terminal terá capacidade para receber, simultaneamente, três navios de última geração

A Divisão de Cruzeiros do Grupo MSC deu início, nesta quinta-feira (10), à construção do seu novo mega terminal de cruzeiros em Miami, que será o maior da América do Norte e contará com um investimento de US\$ 350 milhões.

O edifício de quatro andares e quatro decks para embarque poderá receber até 36 mil passageiros por dia e contará com espaço de atracação suficiente para atender, simultaneamente, três navios de última geração.

O projeto permitirá que a MSC Cruzeiros amplie sua presença no mercado norte-americano e atraia mais viajantes internacionais para férias em alto-mar pelo Caribe.

A Divisão de Cruzeiros do Grupo MSC e a construtora naval italiana Fincantieri anunciaram uma parceria, em julho de 2021, na qual a Fincantieri Infrastructure construiria a instalação de última geração, que contará com um design marcante do premiado escritório global de arquitetura Arquitectonica.

O novo terminal será capaz de acomodar os maiores e mais avançados navios da MSC Cruzeiros, incluindo o seu mais novo navio, o "MSC Seashore", e os futuros navios da classe World, movidos a gás natural liquefeito. A maioria dos navios atracados no novo terminal de Miami poderá se conectar à rede de energia local, de acordo com os planos do Porto de Miami de disponibilizar conectividade de energia em terra.

O novo terminal está previsto para ser entregue até o final de 2023.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/03/2022



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de "feeds" é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006